



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

DELIBERAÇÃO CGIRC/IFS Nº 61, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025

Aprova o Plano de Logística Sustentável do IFS.

A PRESIDENTE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Art. 11 do Estatuto do IFS, as Resoluções nº 13/2017/CS/IFS e 46/2020/CS/IFS, considerando a decisão proferida na 2ª Reunião Ordinária do CGIRC/IFS, realizada em 29 de agosto de 2025,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Logística Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, na forma do anexo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2026.

Aracaju, 10 de setembro de 2025.

Ruth Sales Gama de Andrade
Presidente do CGIRC/IFS



PLS

PLANO DIRETOR DE
LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2026/2027



INSTITUTO
FEDERAL
Sergipe

ELABORAÇÃO

Reitora

Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-Reitor de Administração

Ider de Santana Santos

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Chirlaine Cristine Gonçalves

Comissão Técnica Responsável:

Maria Verônica Barbosa dos Santos

Valdemar Alves da Costa Neto

Clara de Assis Dantas Brito

Andreia dos Santos Almeida

Marisa Rodrigues Antunes

Eduardo Carpejani

Diego Carlos Santos Posserra

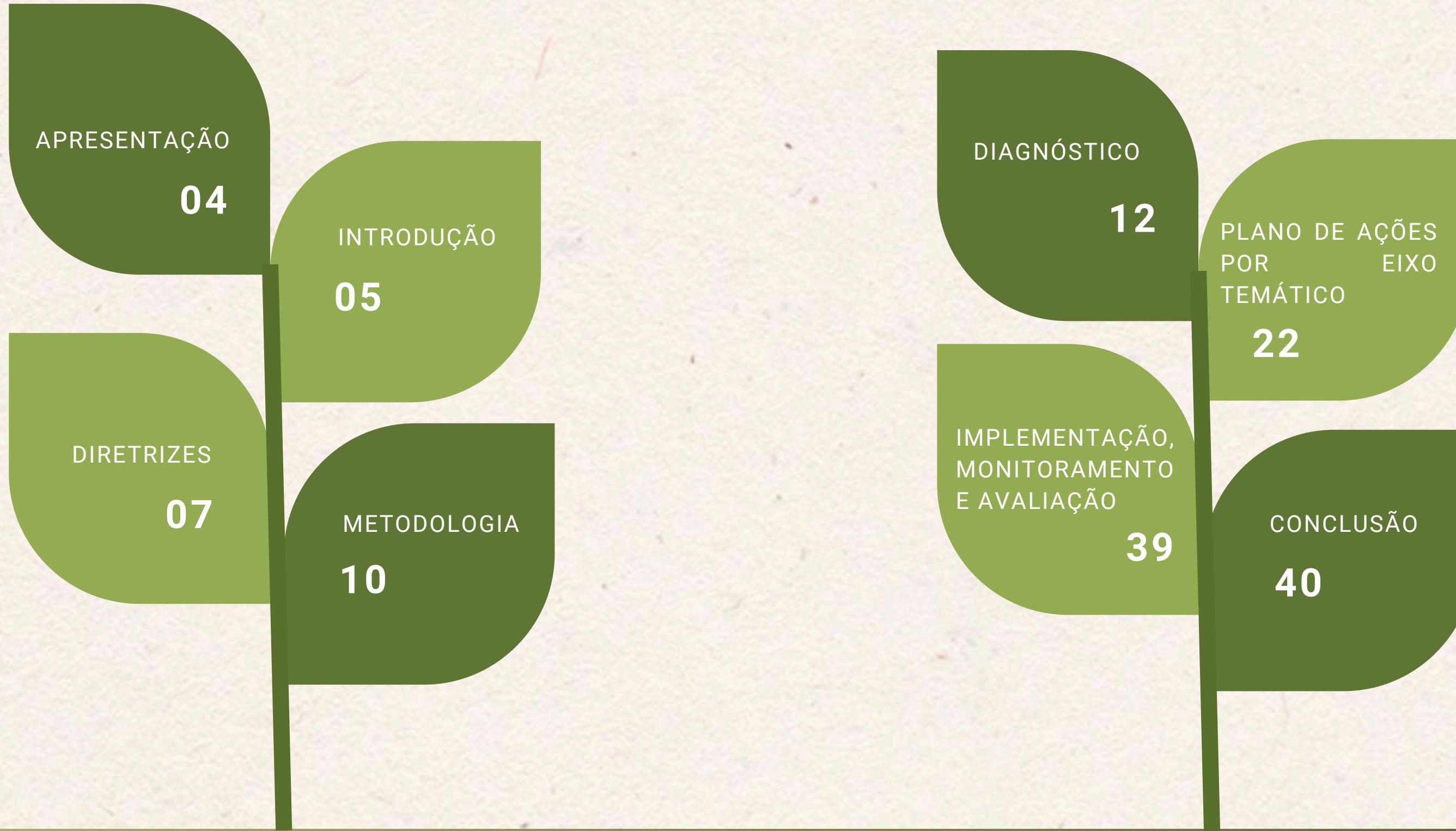
Ider de Santana Santos

Projeto Gráfico e Diagramação:

Maria Verônica Barbosa dos Santos

Data	Versão	Aprovação
29/08/2025	1.0	Deliberação CGIRC/IFS

SUMÁRIO





Introdução

A sustentabilidade emergiu como um conceito central nas discussões contemporâneas, sendo imperativa para o futuro planetário. No Brasil, tal compromisso é corroborado por um arcabouço jurídico-administrativo que direciona a atuação da administração pública federal. Dentre os instrumentos normativos que consolidam essa diretriz, destacam-se: o Decreto nº 5.940/2006, que institui a coleta seletiva solidária; a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS), que introduz princípios como responsabilidade compartilhada e logística reversa; o Decreto nº 10.531/2020, que estabelece a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-2031, com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental; a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos), que preconiza o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas; e a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, que institui o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como instrumento de governança alinhado ao planejamento estratégico institucional e às leis orçamentárias.

Nesse cenário, as instituições federais de ensino superior (IFES), em especial os institutos federais, desempenham um papel crucial. Como agentes de transformação, não apenas capacitam profissionais, mas também atuam como centros de pesquisa e inovação, liderando iniciativas sustentáveis. Dessa forma, cabe a essas instituições a responsabilidade de integrar a sustentabilidade às práticas administrativas, aos currículos e às pesquisas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS), ciente de sua responsabilidade socioambiental, reafirma seu compromisso com a sustentabilidade por meio da elaboração do Plano de Logística Sustentável 2026-2027. Esse plano não só alinha as ações institucionais às diretrizes da Administração Pública Federal e à legislação vigente, como também formaliza o compromisso do Instituto Federal de Sergipe com a promoção da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

O PLS constitui-se como uma ferramenta estratégica para a promoção de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade, mediante a proposição de ações integradas às rotinas institucionais. Ele direciona a implementação de estratégias que visam à redução do consumo de recursos naturais, ao aprimoramento dos processos de aquisição e contratação, e ao fortalecimento de iniciativas que ampliem a conscientização de servidores e colaboradores.

Seu objetivo primordial é fomentar a sustentabilidade nas dimensões social, ambiental e econômica, com ênfase na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade e a inclusão, a mitigação contínua e gradual dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades, e a otimização da eficiência do gasto público, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O foco do PLS reside nas ações sustentáveis diretamente relacionadas à logística pública e à otimização do consumo de recursos. Em conformidade com a Política de Sustentabilidade do IFS, as demais dimensões da sustentabilidade, como aquelas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, serão abordadas por meio do Plano de Sustentabilidade Socioambiental.

À luz das diretrizes estabelecidas no Caderno do Plano Diretor de Logística Sustentável instituída pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023, foram definidos seis eixos temáticos, conforme ilustrado na Figura 1, com o objetivo de estruturar e orientar as propostas de ações institucionais voltadas à consolidação de práticas sustentáveis.

Tendo em vista o Comunicado nº 18/2024, emitido pela Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), que dispensou os órgãos e entidades da administração pública federal da obrigatoriedade de definição da metodologia de aferição de custos indiretos, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) optou por não incluir capítulo específico sobre esse item no Plano de Logística Sustentável (PLS) referente ao biênio 2026–2027.

Este documento está estruturado para contemplar os principais aspectos do planejamento da logística sustentável no âmbito do IFS para o biênio 2026-2027. A primeira seção apresenta as Diretrizes Estratégicas, que norteiam o processo de elaboração e implementação do plano. Subsequentemente, detalha-se a metodologia adotada, descrevendo as etapas que compuseram a construção do PLS, desde a preparação inicial até sua validação e publicação final.

Com o propósito de identificar práticas institucionais consolidadas e mapear desafios e oportunidades de aprimoramento, realizou-se um diagnóstico institucional. Esta etapa possibilitou a coleta e análise de informações pertinentes ao desempenho do IFS em relação aos eixos temáticos do Caderno de Logística Sustentável do Governo Federal. Consequentemente, foram identificadas lacunas, fragilidades e aspectos prioritários que demandam atenção estratégica.

Com base nesse levantamento, foram estabelecidas metas e ações estratégicas a serem executadas de forma articulada entre as diferentes unidades do IFS. Por fim, o documento apresenta os mecanismos de monitoramento e avaliação que possibilitarão o acompanhamento sistemático da execução do plano. Tais mecanismos são cruciais para assegurar a implementação eficaz e mensurável das ações propostas, em consonância com os objetivos institucionais, promovendo a melhoria contínua da gestão logística e contribuindo para a edificação de uma instituição pública mais sustentável.



Figura 1 : Eixos temáticos do PLS
Fonte: Portaria SEGES/MGI nº 5.376 (2023)



Diretrizes

Diretrizes estratégicas são princípios norteadores que orientam a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) de forma integrada e transversal. As diretrizes do PLS foram definidas com base nos preceitos da Política de Sustentabilidade do IFS e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2026–2031), em articulação com a Agenda 2030 da ONU, a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD 2020–2031) e demais normativos correlatos.

O IFS no seu Mapa Estratégico (figura 2), para o período de 2026 a 2031, afirma que sua missão institucional é “promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma transversal à inovação, para formação integral e desenvolvimento sustentável”. Ao incorporar explicitamente o desenvolvimento sustentável em sua missão, o IFS reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade como valor central, traduzindo esse compromisso na formulação de objetivos estratégicos voltados à sua materialização.

Nessa perspectiva, as diretrizes do PLS foram elaboradas com o propósito de materializar esse compromisso, orientando a atuação das unidades administrativas e acadêmicas no que tange a racionalização do uso de recursos, a adoção de práticas sustentáveis e a construção de uma cultura organizacional pautada na responsabilidade socioambiental. O Quadro 1 elenca as cinco diretrizes estratégicas do PLS do IFS, acompanhadas de suas respectivas bases jurídico-normativas de referência, evidenciando o alinhamento com os marcos regulatórios nacionais e os instrumentos de planejamento institucional.



Figura 2: Mapa Estratégico PDI 2026 – 2031
Fonte: PRODIN (2025)

Somos uma instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável do planeta.



ID	Diretriz	Objetivos Estratégicos (PDI 2026-2031)	Base Jurídica-normativa
D01	Aprimorar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e energéticos, contribuindo para a redução do impacto ambiental das atividades institucionais	Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável	EFD 2020-2031 - 4.1. Diretriz Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social. Constituição Federal - Art. 225. Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações Agenda 2030 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível e ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
D02	Implementar a gestão eficiente e sustentável da infraestrutura do IFS, garantindo a ocupação racional dos espaços físicos e tecnológicos, a otimização dos ambientes compartilhados, a reforma e construção de edificações sustentáveis, a acessibilidade e a incorporação de práticas sustentáveis em todas as etapas de manutenção e conservação.	Prover infraestrutura necessária para atendimento das demandas da comunidade acadêmica e do público externo	EFD 2020-2031 - 3.3.1. Desafio: ampliar os investimentos em infraestrutura. Estatuto Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 2015, art. 57 c/c art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021. DECRETO N° 11.792, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a acessibilidade nas edificações sob a administração ou a utilização dos órgãos e das entidades da administração pública federal Agenda 2030 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 11 cidades e comunidades sustentáveis
D03	Implantar uma gestão eficiente e sustentável de resíduos, abrangendo redução, reutilização, reciclagem e descarte adequado	Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável	EFD 2020-2031 - 4.3.1. Realizar a gestão ambientalmente adequada dos resíduos; aumentar a recuperação de materiais, por meio da reutilização, da reciclagem e do aproveitamento energético, valendo-se dos princípios da economia circular LEI N° 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos Programa Coleta Seletiva Cidadã - Decreto nº 10.936, de 2022, art. 40 Agenda 2030 - ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
D04	Aperfeiçoar as práticas de compras sustentáveis na aquisição de materiais e contratação de serviços, alinhadas às políticas nacionais, incentivando a inovação e impulsionando o desenvolvimento sustentável	Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável	EFD 2020-2031 - (Decreto nº 10.531, de 2020) item 4.3.4 - incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos LEI N° 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 : Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Art. 11, inciso IV. Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. DECRETO N° 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - Dar preferência, nas aquisições e contratações, a produtos reciclados, recicláveis, biodegradáveis e aos produtos manufaturados e serviços nacionais PORTARIA SEGES/ME N° 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021 : Art. 5º São diretrizes da governança nas contratações públicas: I - promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com a Estratégia Federal de Desenvolvimento e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030 - ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
D05	Promover a sensibilização e a capacitação dos servidores e colaboradores terceirizados do IFS em relação às questões de sustentabilidade, visando à disseminação por meio do diálogo a adoção de práticas sustentáveis.	Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, com ênfase em processos institucionais Promover a gestão orçamentária eficiente e sustentável	EFD 2020-2031 - 4.3.3. Estimular a conservação e o uso sustentável da biodiversidade dos biomas nacionais e ambientes marinhos, dos recursos minerais, hídricos e do potencial energético no território brasileiro Agenda 2030 - ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Quadro 1: Diretrizes do PLS 2026/2027

Fonte: elaborados pelos autores (2025)



Metodologia de Elaboração

A elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) foi conduzida por comissão instituída pela Portaria nº 201/2025, composta por membros da Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. A seleção dos membros considerou a área de atuação, priorizando a afinidade com os temas de gestão administrativa, contratações públicas e sustentabilidade, visando assegurar a coerência e aplicabilidade entre as atividades institucionais e as ações propostas no âmbito do PLS.

A concepção deste documento pautou-se nas diretrizes metodológicas estabelecidas pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, que institui o Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS). Este caderno, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, configura-se como modelo de referência para os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, balizando a estruturação e o conteúdo mínimo dos planos diretores de logística sustentável. A elaboração do PLS seguiu uma estrutura faseada, conforme detalhado na Figura 3.

Na fase de preparação, foi formalizada a comissão responsável pela condução dos trabalhos. Em seguida, foi definido o cronograma de trabalho. Nesse momento também, foram realizados estudos preliminares sobre o material de base disponibilizado pelo Governo Federal, em especial o Caderno de Logística do PLS, e sobre a legislação vigente relacionada a temática, com o objetivo de fundamentar adequadamente o processo de construção do plano. Ainda nessa fase, foram definidas as diretrizes estratégicas que orientam a estruturação do PLS.



Preparação

A fase de diagnóstico teve início com a coleta de informações que retratam a realidade institucional no tocante à sustentabilidade. Em seguida, foi realizada a análise crítica dessas informações, com vistas à identificação das principais problemáticas enfrentadas pela instituição em cada um dos eixos temáticos do PLS.



Diagnóstico

Com base nos dados analisados, iniciou-se a fase de proposição. A partir das diretrizes e problemática, foram elaborados os planos de ação para cada eixo temático, contemplando objetivos, metas, prazos e responsáveis. Também foram estabelecidos os procedimentos de monitoramento e avaliação, que permitirão acompanhar o desempenho das ações e promover os ajustes necessários durante a vigência do plano.



Proposição

Por fim, na fase de validação final e publicação, o documento foi submetido a uma consulta pública para apreciação da comunidade institucional, que contribui com algumas sugestões. Após a validação da comissão, o plano foi submetido ao Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Instituto Federal de Sergipe (CGIRC) para aprovação. Uma vez aprovado, o PLS foi oficialmente publicado, passando a vigorar como instrumento de planejamento e gestão da logística sustentável no âmbito do IFS.

Figura 3: Etapas na Elaboração do PLS/IFS
Fonte: elaborados pelos autores (2025)



Validação Final e Publicação



Diagnóstico

O diagnóstico teve como objetivo identificar de que forma a temática da sustentabilidade vem sendo abordada na instituição nos últimos anos. A análise subsidiou a construção da problemática do Plano de Logística Sustentável (PLS), possibilitando a identificação de lacunas, potencialidades e diretrizes prioritárias.

O processo de diagnóstico foi estruturado em quatro etapas principais:

- **Resultado do Levantamento i-ESGo 2024** – forneceu um panorama da maturidade institucional em relação à sustentabilidade e à governança organizacional;
- **Análise da sustentabilidade no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2025** – teve como objetivo identificar as iniciativas já realizadas, com base nos Planos de Trabalho Anual (PAT) dos campi e reitoria no período de 2020 a 2024;
- **Diagnóstico das contratações (2022 a 2024)** – buscou examinar a evolução dos padrões de consumo e sua relação com o mercado no período analisado;
- **Questionário aplicado aos gestores dos campi e às pró-reitorias** – teve como finalidade levantar percepções, práticas e iniciativas de sustentabilidade em andamento na instituição.

A articulação dessas etapas proporcionou uma visão abrangente da situação atual da temática da sustentabilidade no âmbito institucional, subsidiando a formulação de ações mais aderentes à realidade do IFS e ao compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Resultados do Levantamento i-ESGo 2024

O Levantamento iESGo (Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão) é uma ferramenta do Tribunal de Contas da União (TCU) que avalia o nível de adesão das organizações públicas federais às boas práticas de governança, sustentabilidade e gestão. Adicionalmente, visa incentivar a implementação estruturada e eficaz dessas práticas na administração pública.

Na edição de 2024, os dados do iESGo evidenciam que o Instituto Federal de Sergipe (IFS), assim como grande parte das organizações públicas, ainda se encontra nos estágios iniciais de adoção de práticas sustentáveis, especialmente nas dimensões ambiental e social. Embora o levantamento tenha identificado iniciativas de sustentabilidade sendo desenvolvidas no âmbito acadêmico e administrativo do Instituto, tais ações ocorrem de maneira descentralizada, carecendo de articulação estratégica.

A carência de uma política institucional consolidada e de uma estrutura de gestão integrada tem dificultado a consolidação de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade. Essa lacuna compromete a efetividade e a continuidade das ações, impactando negativamente os resultados do IFS nos indicadores avaliados pelo iESGo 2024. O Gráfico 1 ilustra esse cenário, apresentando o desempenho institucional no índice integrado de sustentabilidade ambiental e social.

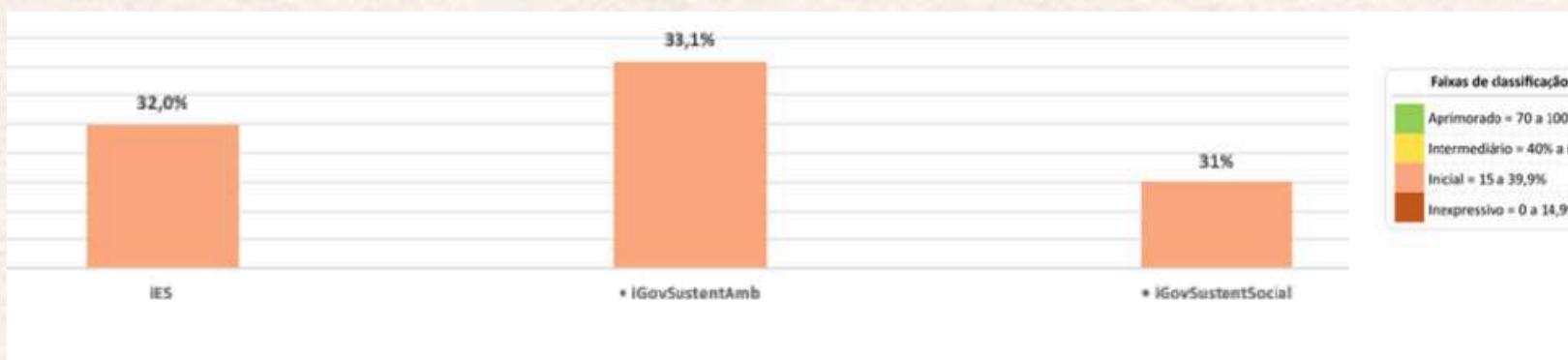


Gráfico 1 : Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social do IFS – iESGo 2024
Fonte: TCU (2024)

Em face dos resultados do iESGo 2024, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu recomendações para que o IFS aprimore a governança e a gestão da sustentabilidade ambiental e social. O documento ressalta oportunidades de melhoria, boas práticas e medidas estratégicas voltadas ao fortalecimento da eficiência institucional e da responsabilidade socioambiental.

As recomendações do TCU também reforçam a necessidade de ações educativas e de sensibilização em sustentabilidade, atualização de normativos internos, criação de indicadores de desempenho ambiental e o fortalecimento do relacionamento com fornecedores, parceiros e demais partes interessadas por meio de canais de comunicação e educação ambiental. Nesse contexto, o PLS emerge como uma resposta estratégica para o avanço da sustentabilidade institucional no IFS.

A Sustentabilidade no PDI 2020-2025

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2025 do Instituto Federal de Sergipe incorporou a sustentabilidade como valor institucional, contemplando a temática em objetivos e iniciativas estratégicas. Para verificar a materialização desse valor em ações concretas, analisaram-se os Planos Anuais de Trabalho (PAT) de todos os campi e reitoria no período de 2020 a 2024, considerando exclusivamente as ações concluídas. O Gráfico 2 ilustra a evolução quantitativa das ações de sustentabilidade concluídas ao longo dos cinco anos analisados.

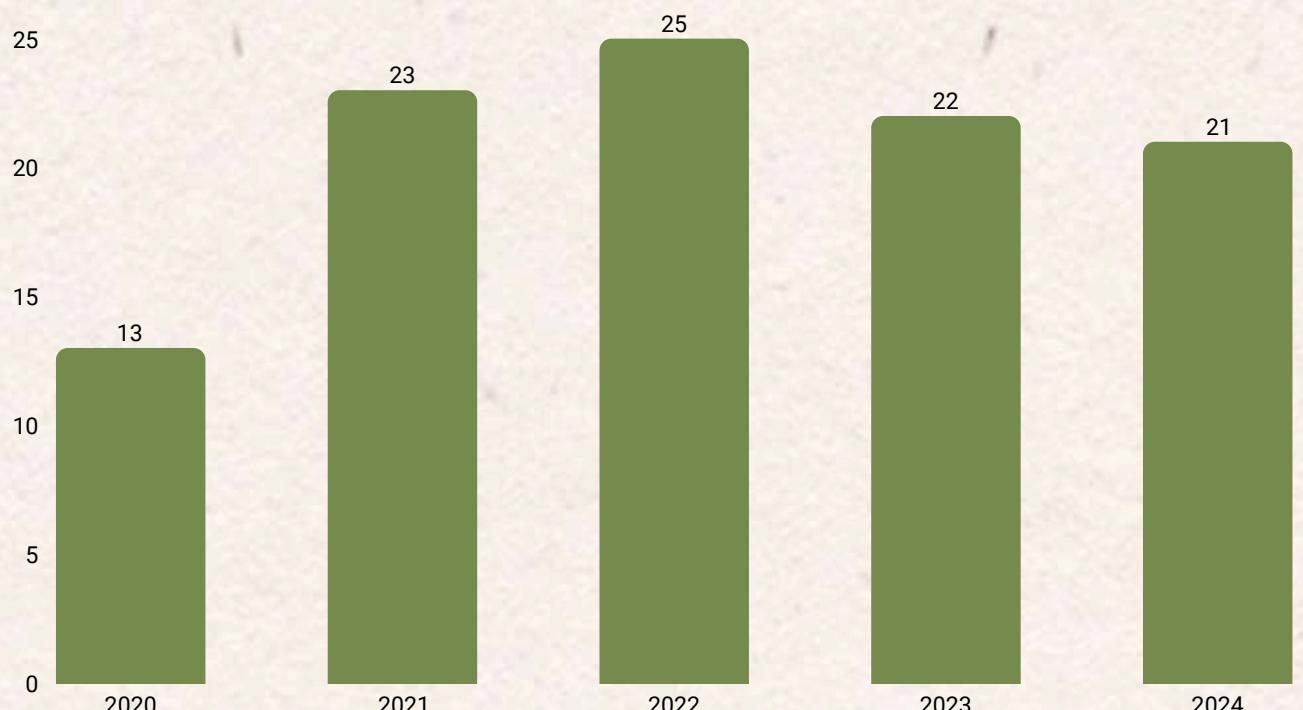


Gráfico 2 : Quantitativo de ações sustentáveis concluídas no PAT
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O gráfico 3 apresenta a distribuição por categorias temáticas das ações de sustentabilidade registradas nos PATs, evidenciando as áreas prioritárias de atuação institucional no período analisado.

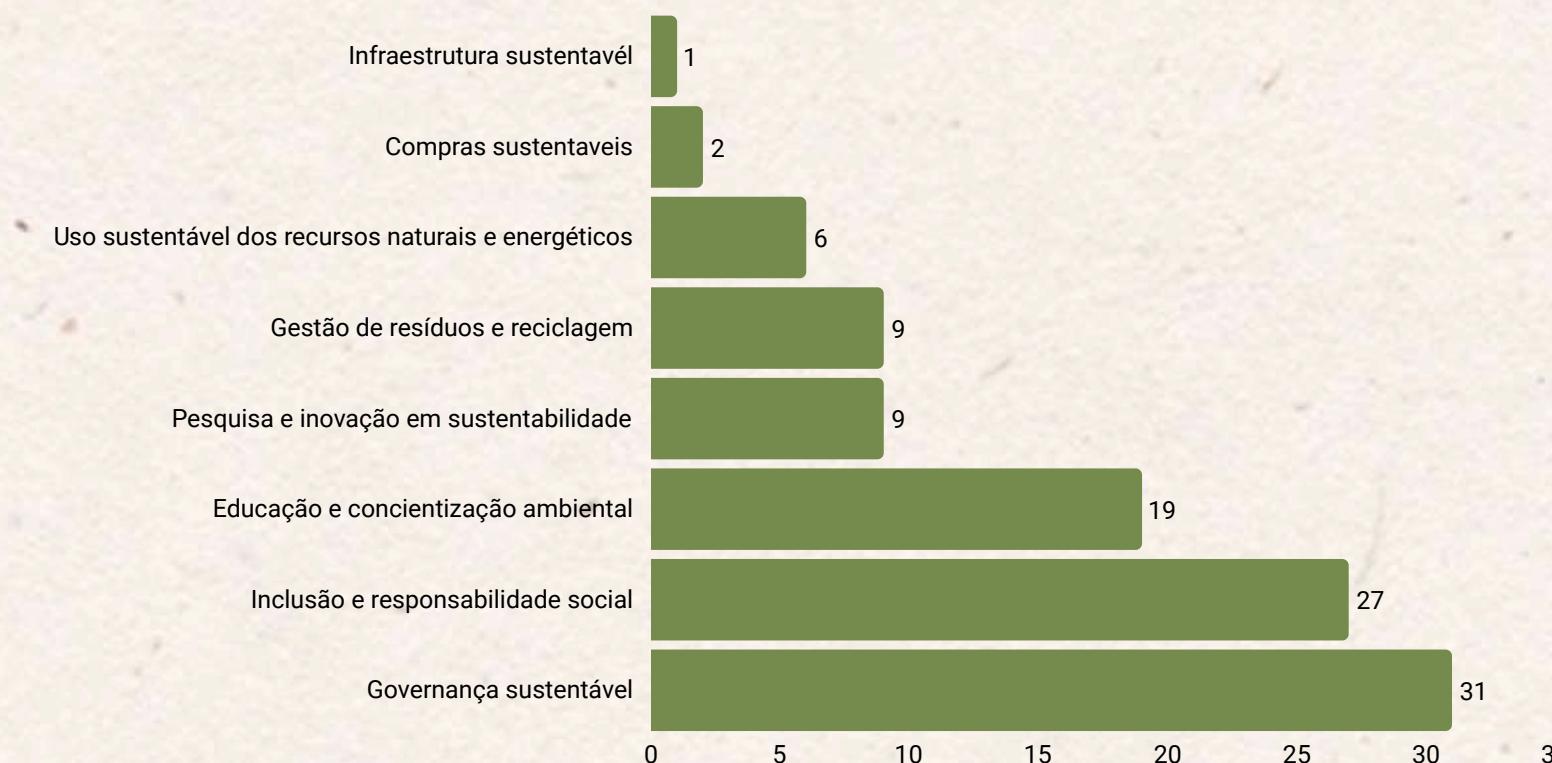


Gráfico 3 : Categorias temáticas de ações sustentáveis do PATs
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A análise evidencia que a sustentabilidade tem sido progressivamente incorporada às ações institucionais do IFS, com ênfase em aspectos de governança, inclusão social e educação ambiental. No entanto, áreas como infraestrutura e compras sustentáveis ainda são pouco exploradas, sugerindo a necessidade de estratégias específicas para seu fortalecimento nos próximos ciclos de planejamento.

A tabela com todas as ações detalhadas pode ser consultada [AQUI](#)

Diagnóstico das contratações

O diagnóstico das contratações do IFS teve como objetivo examinar a evolução dos padrões de consumo da instituição, bem como identificar pontos críticos, lacunas e desafios relevantes no processo de compras e contratações públicas. Para a realização dessa análise, foram considerados os dados referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. O processo foi guiado por questões norteadoras que possibilitaram uma compreensão mais aprofundada do cenário atual, tais como: "O que compramos?", "Por quanto compramos?", "De que maneira realizamos as aquisições?", "Quem são os responsáveis pelas compras?" e "Quem são os fornecedores?".

No Instituto Federal de Sergipe (IFS) desde 2020, o setor de licitações atua de forma centralizada, contando atualmente com 10 agentes de contratação (pregoeiros). Todos os editais de processos de aquisição e contratação de serviços comuns (exceto obras) são conduzidos pelo setor de licitações, incluindo as contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), atendendo tanto os campi quanto a Reitoria. Quando necessário, a Diretoria de Licitações e Contratos publica orientações e normativos, que podem ser acessados no site oficial do IFS. A fim de organizar e controlar as licitações de maneira eficiente, atendendo às demandas de todas as unidades, o Departamento de Licitações elabora, anualmente, um Cronograma de Licitações. Este cronograma é construído a partir dos objetos cadastrados nos planos de contratação anual (PCA) de cada campus, que são extraídos do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC). Este cronograma, elaborado a partir da consolidação do PCA e aprovado pelos dirigentes dos campi e da Reitoria visa assegurar o cumprimento dos prazos, otimizar o uso da força de trabalho, além de aprimorar a governança e a gestão das contratações, garantindo maior transparência e controle.

Anualmente, o IFS elabora o "Plano de Priorização Orçamentária e das Licitações", no qual, com base nos objetos cadastrados no PGC, é estabelecida uma ordem de prioridade para as contratações mais urgentes ou de maior impacto para a instituição. Tais contratações são iniciadas prioritariamente, assegurando que os serviços ou aquisições sejam realizados no momento oportuno, alinhando as necessidades às limitações orçamentárias do IFS.

A centralização dos processos licitatórios assegura que um único processo atenda às demandas de todas as unidades.

Adicionalmente à centralização das licitações e do planejamento das contratações, em 2023, o IFS iniciou a centralização do Setor de Contratos, em duas fases: a primeira (transição) manteve a gestão contratual nas coordenadorias locais, que sub-rogavam seus contratos; a segunda (definitiva) transferiu a gestão para a Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), visando à manutenção dos serviços e à redução do número total de contratos. A partir desta fase, todas as novas contratações serão realizadas exclusivamente pela UASG da Reitoria, com gestão contratual centralizada e fiscalização setorial nos campi. Essa centralização promoverá não apenas a redução no número de contratos, mas também uma gestão mais eficiente e um acompanhamento mais eficaz da execução contratual, otimizando o trabalho dos fiscais e gestores.

Para identificar as principais compras e contratações realizadas pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), foi realizada uma análise do orçamento empenhado, com base na natureza detalhada das despesas. O levantamento dos dados permitiu observar em quais áreas o IFS tem concentrado seus recursos. As principais categorias de despesa identificadas são apresentadas na tabela 1.

Natureza de Despesa Detalhada	Despesas empenhadas 2024	Despesas empenhadas 2023	Despesas empenhadas 2022
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 7.609.438,97	R\$ 6.062.736,13	R\$ 5.742.088,56
Limpeza e conservação	R\$ 4.062.153,28	R\$ 3.403.388,74	R\$ 3.105.415,82
Vigilância ostensiva	R\$ 6.271.120,29	R\$ 5.772.674,71	R\$ 6.007.365,41
Serviços de energia elétrica	R\$ 2.476.316,51	R\$ 2.704.280,15	R\$ 2.709.572,32
Serviços de água e esgoto	R\$ 631.732,89	R\$ 601.183,65	R\$ 552.247,10
Combustíveis e lubrificantes automotivos	R\$ 337.280,68	R\$ 319.096,78	R\$ 222.363,02
Gêneros de alimentícios	R\$ 679.344,83	R\$ 647.056,99	R\$ 370.772,43
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 833.609,16	R\$ 701.342,37	R\$ 424.856,61
Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação softwares	R\$ 679.029,33	R\$ 675.516,49	R\$ 550.706,18
Manutenção e conservação de veículos	R\$ 333.369,05	R\$ 507.623,14	R\$ 318.991,28

Tabela 1 : Valores empenhados por natureza de despesa

Fonte: Tesouro Gerencial (2025)

A análise dos dados coletados evidenciou que as principais contratações do IFS concentram-se em serviços terceirizados, especialmente em apoio administrativo. Destacam-se também os investimentos em manutenção de máquinas e equipamentos, fornecimento de água e energia elétrica, serviços de tecnologia da informação (incluindo manutenção e aquisição de softwares), e aquisição de gêneros alimentícios.

Para compreender como são realizados os processos de compras no Instituto Federal de Sergipe (IFS), foi realizado o mapeamento das modalidades de licitação mais empregadas, com base em dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Ano	2024		2023		2022	
	Modalidade	Nº de processos	Valor homologado	Nº de processos	Valor homologado	Nº de processos
Pregão eletrônico	59	R\$ 98.949.793,13	52	R\$ 96.911.926,66	77	R\$ 74.897.064,15
Tomada de Preço	0	R\$ -	4	R\$ 2.317.756,20	6	R\$ 3.252.401,71
Dispensa	13	R\$ 89.922,26	30	R\$ 3.063.913,51	16	R\$ 15.692.161,78
Inexigibilidade de	0	R\$ -	11	R\$ 115.381,83	15	R\$ 348.089,18
Total	72	R\$ 99.039.715,39	97	R\$ 102.408.978,20	114	R\$ 94.189.716,82

Tabela 2: Modalidades de licitações usadas no IFS (2022 a 2024)

Fonte: PNCP (2025)

Com base nos dados analisados, constata-se que o Instituto Federal de Sergipe (IFS) realiza majoritariamente suas aquisições por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, que concentra a maior parte dos processos e valores homologados no período. Observa-se, ainda, que a maioria desses pregões eletrônicos é conduzida via Sistema de Registro de Preços (SRP).

Com o propósito de identificar o perfil dos beneficiários das aquisições institucionais, realizou-se uma análise dos principais fornecedores que participaram das contratações públicas do Instituto Federal de Sergipe (IFS), a partir de critérios de relevância econômica, social e territorial. Consideraram-se três categorias específicas: Agricultura Familiar; Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP); e empresas sediadas no Estado de Sergipe. Os dados referentes a cada categoria, considerando as aquisições homologadas no período de 2022 a 2024, serão apresentados a seguir.

A primeira categoria analisada foi a participação da agricultura familiar nas compras do IFS, que tem demonstrado crescimento nos últimos anos (Tabela 3). Esse cenário evidencia um aumento consistente no volume financeiro destinado a esse segmento, mesmo com a variação no número de processos. Tal resultado aponta para o fortalecimento gradual da política de compras institucionais voltadas à agricultura familiar, que desempenha uma função social e ambiental relevante ao fomentar a economia local e incentivar práticas sustentáveis.

Ano	Número de processos	Valor de compras homologados	Agricultura familiar
2024	2	R\$ 742.731,88	
2023	1	R\$ 638.115,75	
2022	3	R\$ 535.600,06	

Tabela 3: Participação da agricultura familiar nas contratações do IFS

Fonte: PNCP (2025)

A próxima categoria analisada foi a das microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), que representam uma parcela significativa dos fornecedores do IFS (tabela 4). Apesar das oscilações no período analisado, os dados evidenciam a relevância contínua desse segmento no fornecimento de bens e serviços à instituição, reforçando o papel estratégico das contratações públicas no fortalecimento dos pequenos negócios.

Ano	Valor de compras homologado	Valor de compras homologadas com participação de ME/EPP	Porcentagem
2022	R\$ 94.189.716,82	R\$ 41.184.319,28	43,72%
2023	R\$ 102.408.978,21	R\$ 76.483.047,49	74,68%
2024	R\$ 99.039.715,39	R\$ 64.745.688,50	65,37%

Tabela 4: Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações do IFS

Fonte: PNCP (2025)

Por fim, foi realizada a análise da participação das empresas sergipanas nas compras institucionais (Tabela 5), a qual evidenciou uma queda expressiva nos últimos anos. Em 2022, essas empresas foram responsáveis por 49,90% das compras homologadas. Em 2023, esse percentual apresentou leve aumento, alcançando 52,83%, mantendo-se em um patamar elevado.

No entanto, em 2024, observou-se uma redução significativa, com a participação caindo para apenas 15,91%. Essa queda acentuada levanta questões relevantes sobre a competitividade das empresas locais nos processos licitatórios, além de evidenciar a necessidade de políticas públicas voltadas ao fomento, à capacitação e à desburocratização, com o objetivo de fortalecer o mercado regional.

Ano	Valor de compras homologado	Valor de compras homologado para empresas sergipanas	Porcentagem
2022	R\$ 94.189.716,82	R\$ 47.001.252,67	49,90%
2023	R\$ 102.408.978,21	R\$ 54.101.928,53	52,83%
2024	R\$ 99.039.715,39	R\$ 15.760.738,78	15,91%

Tabela 5: Participação de empresas sergipanas nas contratações do IFS
Fonte: PNCP (2025)

Os dados apresentados revelam avanços e desafios nas contratações públicas do Instituto Federal de Sergipe (IFS). A centralização dos processos licitatórios e a adoção de instrumentos como o Plano de Priorização Orçamentária e das Licitações demonstram o esforço institucional para aprimorar a governança, aumentar a eficiência e fortalecer o planejamento das contratações.

No que concerne ao perfil dos fornecedores, destaca-se o crescimento da participação da agricultura familiar, ainda que em volume modesto, indicando o fortalecimento de uma política de compras com impacto social e ambiental positivo. As microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) também mantêm papel expressivo no fornecimento de bens e serviços à instituição, confirmando a importância estratégica desse segmento.

Em contrapartida, a expressiva queda na participação das empresas sergipanas no ano de 2024 acende um alerta sobre possíveis barreiras à competitividade local e a necessidade de ações institucionais de fomento, simplificação e capacitação voltadas ao fortalecimento do mercado regional.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao estabelecer o desenvolvimento nacional sustentável como princípio fundamental (art. 5º) e como um dos objetivos centrais do processo licitatório (art. 11), reforça a importância de alinhar as práticas de contratação com estratégias que promovam não apenas a eficiência administrativa, mas também a inclusão produtiva, a geração de emprego e renda, e o fortalecimento das economias locais. Para tanto, é essencial que o IFS continue investindo em políticas públicas e mecanismos de planejamento que assegurem a continuidade e a qualificação das suas compras institucionais, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento sustentável e regional.

Resultados do questionário aplicado aos gestores

A elaboração do PLS incluiu a aplicação de um questionário direcionado aos gestores dos campi e das pró-reitorias, como estratégia para garantir o alinhamento do plano com a realidade institucional. A consulta aos gestores teve como principal objetivo levantar informações relevantes sobre as ações realizadas, os desafios enfrentados, as potencialidades locais e as percepções relacionadas à sustentabilidade no âmbito da instituição. Considerando que esses agentes ocupam posições estratégicas, sua participação no diagnóstico contribui para a construção de um plano mais realista, eficiente e aderente às necessidades concretas do IFS.

Além disso, a aplicação do questionário permitiu identificar o grau de conhecimento e engajamento da gestão com os princípios da sustentabilidade, identificar boas práticas já implementadas e mapear oportunidades de melhoria nas áreas de compras, gestão de resíduos, uso eficiente de recursos naturais.

A escuta dos gestores configura-se como estratégia de mobilização institucional, contribuindo para o fortalecimento do compromisso compartilhado na implementação do PLS e para a consolidação de uma governança participativa. Com isso, o plano transcende o cumprimento de exigências normativas e se afirma como uma política construída de forma colaborativa, com potencial para induzir transformações significativas na cultura organizacional, orientando-a para práticas mais sustentáveis e integradas ao contexto institucional.

Ao todo, 17 gestores participaram da pesquisa, realizada no período de 3 a 20 de março de 2025. Com o objetivo de compreender melhor o perfil dos respondentes e contextualizar as informações coletadas, as primeiras perguntas do questionário buscaram identificar o cargo ocupado pelos participantes e o campus em que exercem suas atividades no IFS. Essas informações são fundamentais para analisar as percepções sobre sustentabilidade, considerando as diferentes áreas de atuação e as distintas realidades institucionais.

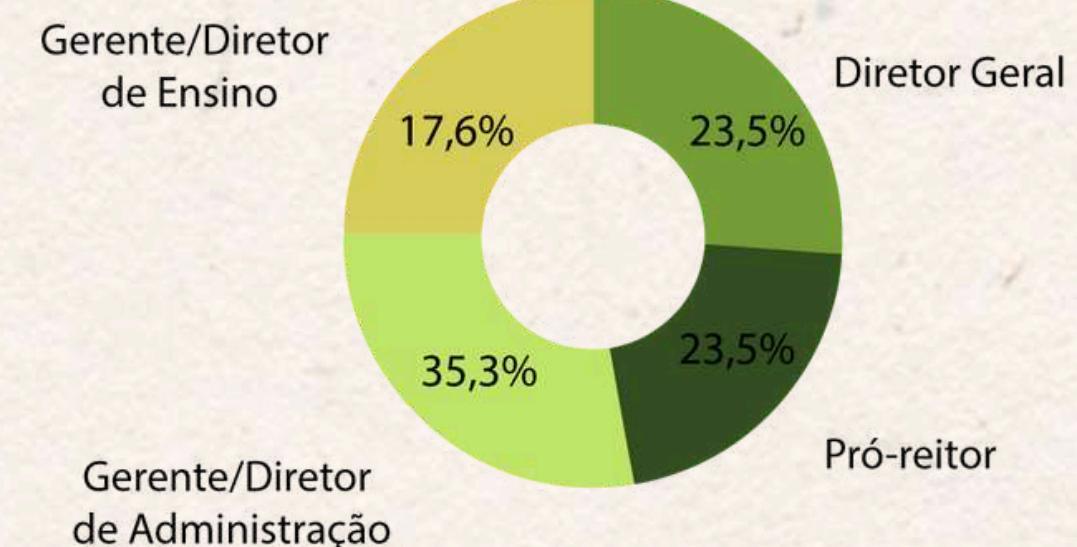


Gráfico 4 : Cargos ocupados pelos participantes da pesquisa
Fonte: elaborado pelos autores (2025)

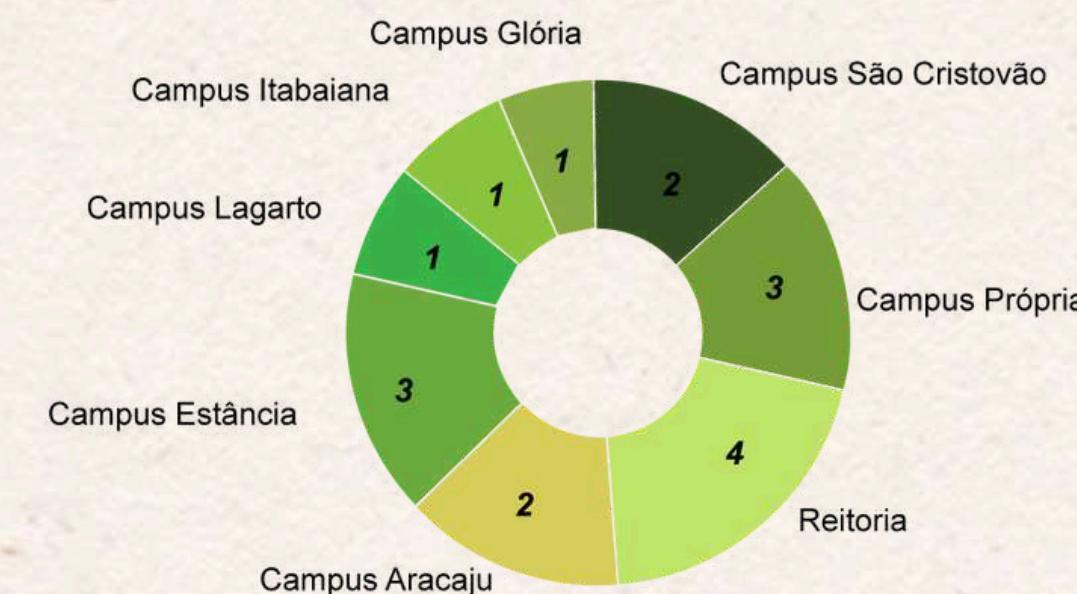


Gráfico 5: Unidade de lotação dos participantes da pesquisa
Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A questão subsequente do questionário objetivou mapear as ações de sustentabilidade desenvolvidas nos campi e pró-reitorias do IFS. Esta etapa foi crucial para identificar iniciativas existentes, compreender o grau de maturidade das práticas sustentáveis nas unidades e reconhecer experiências passíveis de fortalecimento, replicação ou aprimoramento. A consolidação dessas informações buscou formar um panorama geral das ações realizadas, permitindo que o planejamento das futuras estratégias do PLS se fundamente em uma base concreta, alinhada às realidades locais e às potencialidades institucionais.



Com base nas respostas coletadas via questionário aplicado aos gestores, a percepção sobre o impacto das ações de sustentabilidade implementadas no IFS é amplamente positiva (Gráfico 6). A maioria dos respondentes classificou os impactos como positivos (58,8%) ou muito positivos (35,3%), evidenciando o reconhecimento dos avanços obtidos nos últimos anos.

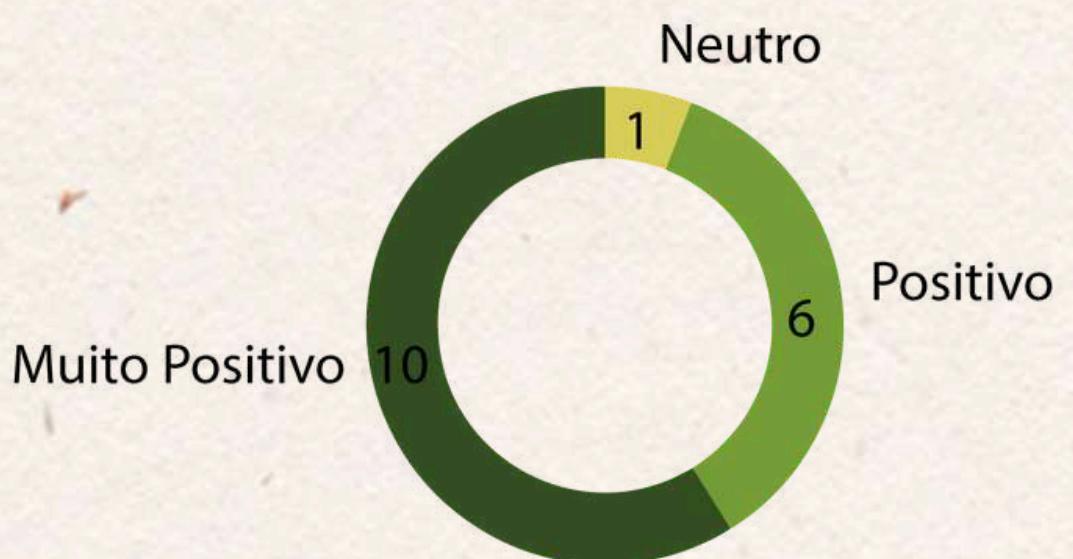


Gráfico 6: Percepção dos impactos das ações de sustentabilidade implementadas
Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Dentre os efeitos concretos mencionados, destacam-se a redução no uso de descartáveis, a economia de água e energia, além da adoção de tecnologias mais eficientes, como lâmpadas LED e sensores de presença. Tais medidas não apenas contribuíram para a diminuição do consumo de recursos naturais e de custos operacionais, mas também reforçaram o compromisso institucional com a responsabilidade ambiental.

Diversos projetos implementados também demonstraram impacto positivo nas dimensões social e econômica da sustentabilidade, a exemplo do Projeto Vem e Composta, Guarda-Roupa Solidário, Tarssustentabilidade, Reciclabanner e o grupo de cuidados com os animais do campus. Essas ações destacaram-se por promover educação ambiental, fortalecer práticas solidárias e ampliar a economia circular, estimulando o reaproveitamento de materiais e a inclusão social.

Dentre os efeitos concretos mencionados, destacam-se a redução no uso de descartáveis, a economia de água e energia, além da adoção de tecnologias mais eficientes, como lâmpadas LED e sensores de presença. Tais medidas não apenas contribuíram para a diminuição do consumo de recursos naturais e de custos operacionais, mas também reforçaram o compromisso institucional com a responsabilidade ambiental.

Diversos projetos implementados também demonstraram impacto positivo nas dimensões social e econômica da sustentabilidade, a exemplo do Projeto Vem e Composta, Guarda-Roupa Solidário, Tarssustentabilidade, Reciclabanner e o grupo de cuidados com os animais do campus. Essas ações destacaram-se por promover educação ambiental, fortalecer práticas solidárias e ampliar a economia circular, estimulando o reaproveitamento de materiais e a inclusão social.

Do ponto de vista educacional e institucional, o reconhecimento do Campus Estância com o Selo ODS Educação evidencia a relevância das práticas adotadas, que contribuíram diretamente para a transformação da comunidade acadêmica e do território. Também houve menção à criação de grupos focais e comissões permanentes, como a Comissão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que têm fortalecido a governança ambiental participativa. Não obstante, algumas respostas indicam desafios a serem superados, como a necessidade de maior disseminação das ações e de ampliação da conscientização da comunidade acadêmica, além de maior articulação institucional para integrar e sistematizar essas iniciativas. Ressalta-se, ainda, que parte dos respondentes relatou desconhecer as ações em curso, o que aponta para a importância de mecanismos mais eficazes de comunicação interna e de engajamento.

Os dados coletados confirmam que as ações de sustentabilidade já promovem impactos significativos nos campi do IFS, mas também apontam caminhos para o seu fortalecimento e expansão, especialmente no que concerne à visibilidade institucional, integração de práticas e aprimoramento contínuo das estratégias sustentáveis.

O questionário aplicado aos gestores também contemplou questões relacionadas aos desafios para a implementação da logística sustentável no âmbito institucional, bem como propostas de ações a serem incorporadas ao PLS. As respostas obtidas foram cruciais para subsidiar a construção da problemática e a definição de ações estratégicas, permitindo que o plano refletisse tanto as dificuldades enfrentadas pelas unidades quanto as sugestões dos atores envolvidos na gestão.

Problemática

O diagnóstico evidenciou que, embora haja ações institucionais voltadas à sustentabilidade, a implantação de uma logística sustentável no Instituto Federal de Sergipe ainda enfrenta diversos desafios que comprometem a efetividade dessas iniciativas. Tais obstáculos revelam que, apesar do reconhecimento da importância das práticas sustentáveis na gestão institucional, persiste uma lacuna significativa entre o planejamento e a execução das ações.

Essa lacuna está diretamente relacionada à carência de uma estrutura institucional adequada, capaz de integrar a sustentabilidade de forma sistemática às rotinas administrativas e operacionais. Superar esses desafios é condição essencial para que o Plano de Logística Sustentável (PLS) se consolide como uma ferramenta estratégica, não apenas formal, mas efetivamente transformadora, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, integrada e ambientalmente responsável.

As principais lacunas e desafios evidenciados durante o processo de diagnóstico, foram relacionados com os eixos do PLS, conforme apresentado na figura a seguir:

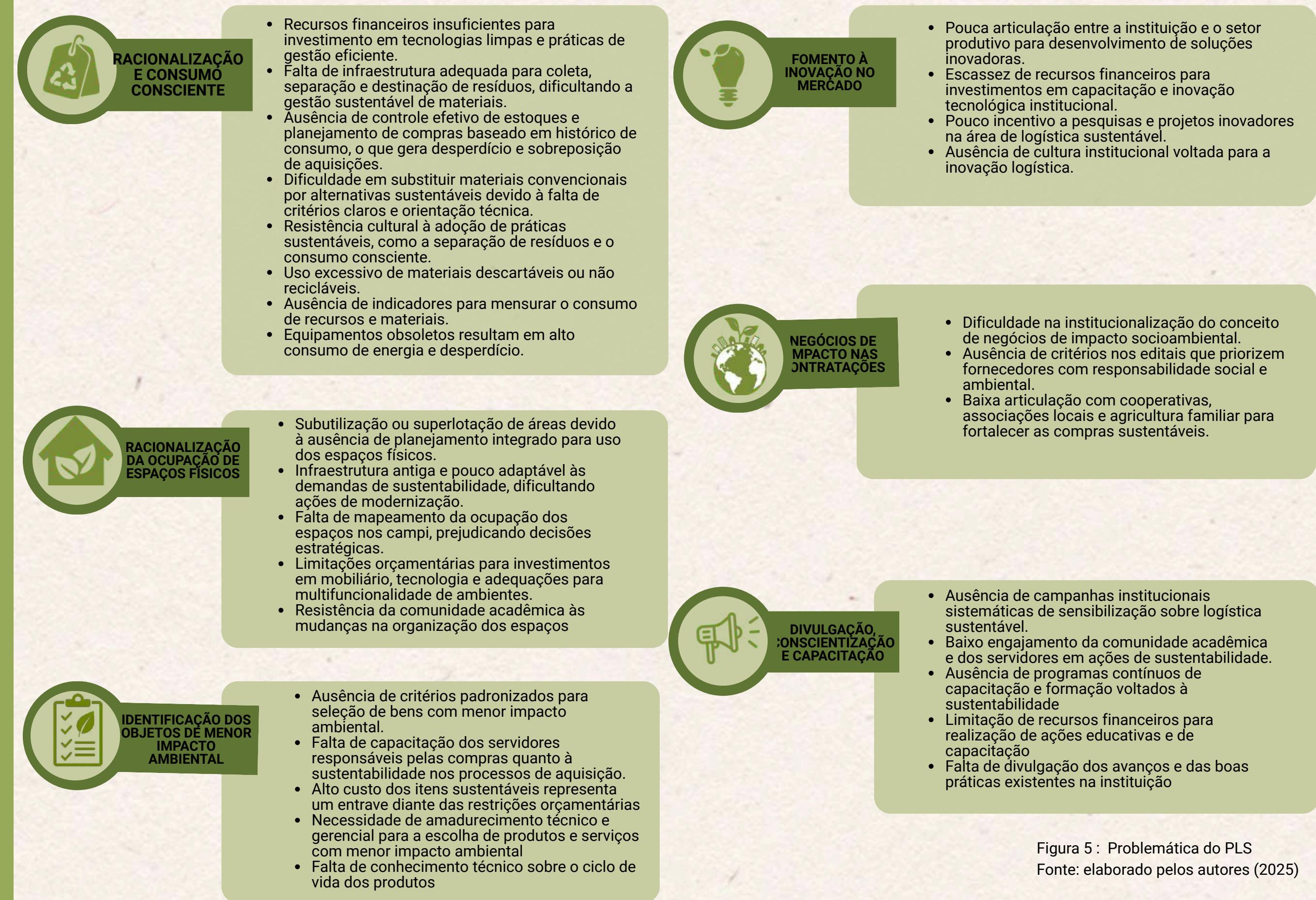
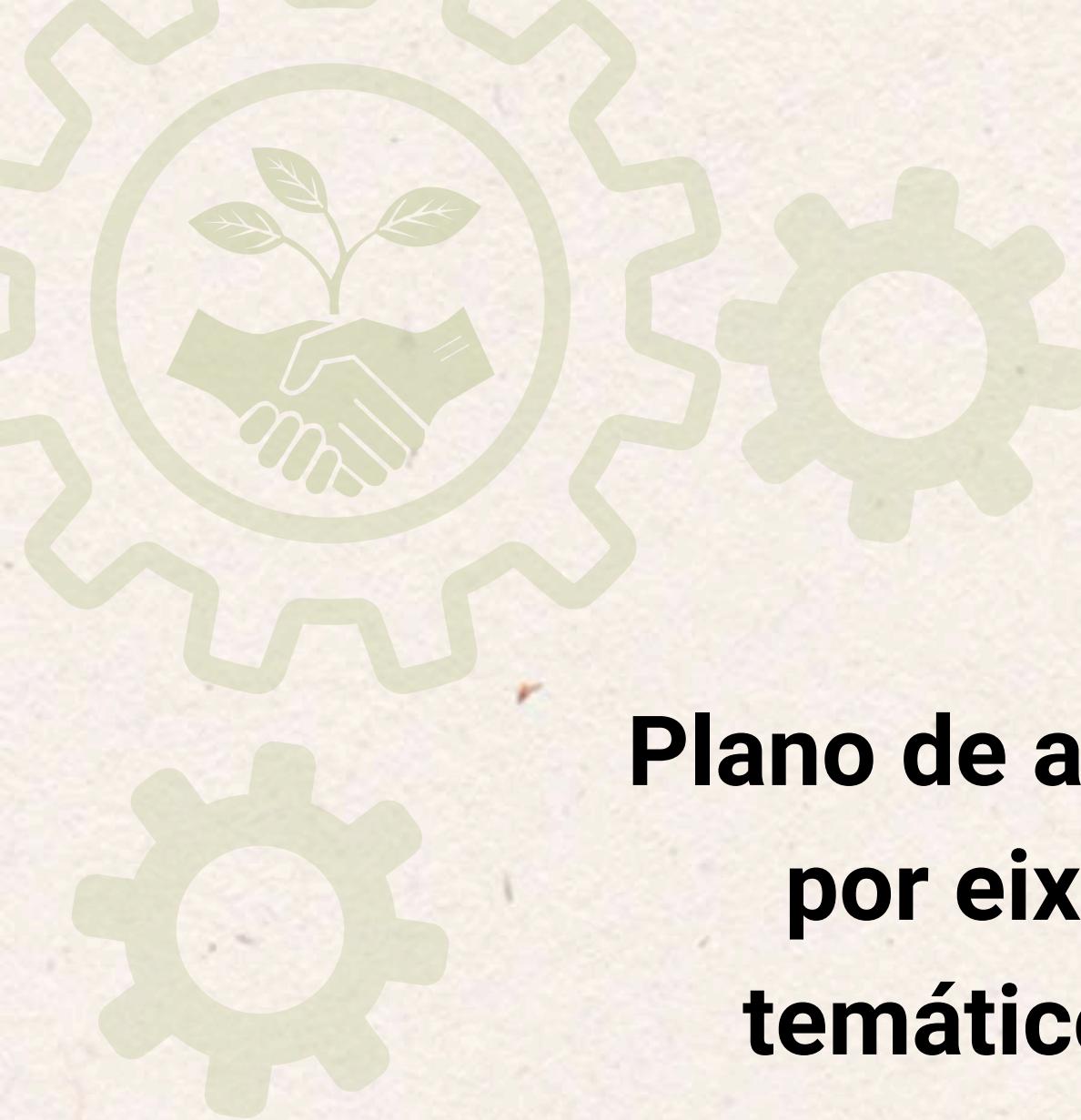


Figura 5 : Problemática do PLS
Fonte: elaborado pelos autores (2025)



Plano de ações por eixo temático

No Plano de Ações e Metas do PLS do IFS para o período 2026–2027, cada eixo temático contempla objetivos específicos, desdobrados em ações estruturadas, metas mensuráveis, indicadores de desempenho, recursos estimados e riscos associados, assegurando clareza e viabilidade na implementação das iniciativas propostas.

É importante ressaltar que o rol de ações não é exaustivo. As unidades, caso considerem necessário, podem incluir ações adicionais voltadas para a sustentabilidade em seus Planos Anuais de Trabalho (PAT). O mapeamento detalhado dos riscos será de responsabilidade de cada unidade, a ser elaborado no momento da inclusão das respectivas ações no PAT.

Eixo 1 - Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços

Este eixo tem como propósito promover o uso racional dos recursos públicos e incentivar práticas de consumo consciente no âmbito da instituição. A rationalização envolve a revisão e o aprimoramento de logísticas, considerando que o conceito de "uso racional" deve ser ajustado à realidade específica da instituição. Além disso, o eixo incorpora os princípios da ecoeficiência, conforme definidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), buscando aliar qualidade de vida e atendimento às necessidades humanas com menor impacto ambiental e uso equilibrado dos recursos naturais, orientando o consumo ideal de insumos para manter a qualidade dos serviços públicos, em consonância com as necessidades institucionais, as demandas sociais e os limites orçamentários.

Objetivos do eixo:

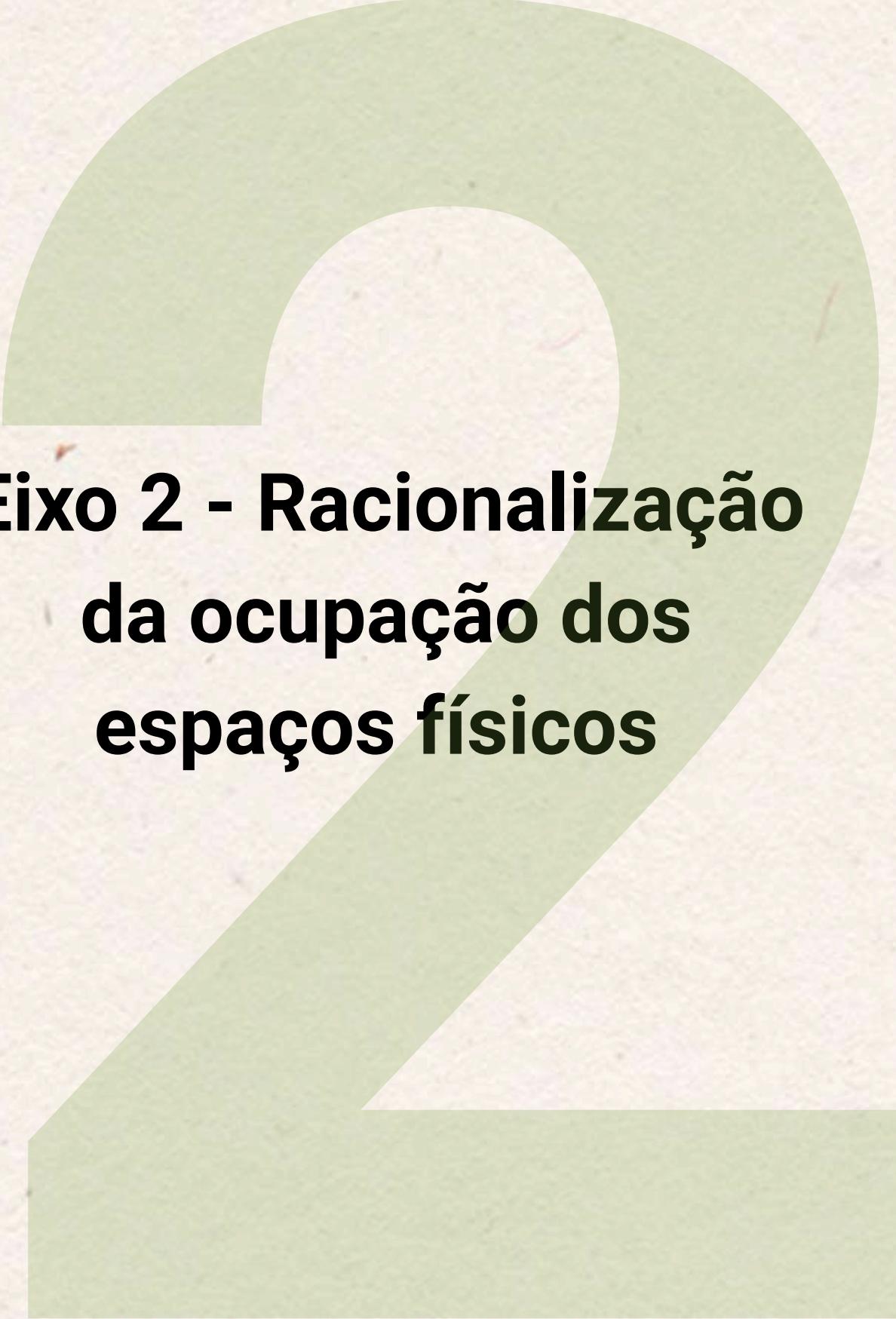
- Aprimorar a gestão hídrica no IFS com foco em eficiência, sustentabilidade e conscientização
- Otimizar o uso da energia elétrica no IFS com base em eficiência, inovação tecnológica e responsabilidade ambiental
- Utilizar os materiais de consumo de maneira sustentável
- Implementar uma gestão sustentável dos resíduos sólidos gerados no IFS

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Aprimorar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e energéticos, contribuindo para a redução do impacto ambiental das atividades institucionais	1.1	Aprimorar a gestão hídrica no IFS com foco em eficiência, sustentabilidade e conscientização	PeuAqua = $(AiPA/ApPA) * 100$	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Implantar painel de monitoramento do consumo de água nos campi do IFS	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Falta de sistemas de medição em alguns campi
	1.2					Identificar e corrigir desperdícios mediante o estabelecimento de rotinas de inspeção nas instalações hidráulicas dos campi	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Falta de pessoal técnico capacitado para realizar as vistorias. Dificuldade de acesso ou manutenção em instalações antigas ou mal projetadas.
	1.3					Modernizar os sistemas hidráulicos por meio da substituição de torneiras, chuveiros e descargas convencionais por modelos econômicos e automáticos	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Alto custo de substituição dos equipamentos. Vandalismo ou uso indevido dos sistemas
	1.4					Conduzir estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas de captação, armazenamento e reuso de águas pluviais, bem como das oriundas do funcionamento de equipamentos e laboratórios dos campi do IFS, com foco na utilização em atividades como irrigação, limpeza e abastecimento de sanitários.	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Inadequação da infraestrutura existente. Custo elevado de implantação

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Aprimorar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e energéticos, contribuindo para a redução do impacto ambiental das atividades institucionais	1.5	Otimizar o uso da energia elétrica no IFS com base em eficiência, inovação tecnológica e responsabilidade ambiental	PeuEnergia = $(AiPE/ApPE)*100$	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Implantar painel de monitoramento do consumo de energia nos campi do IFS	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Humanos	Resistência por parte de servidores e gestores em aderir à nova cultura de monitoramento e economia de energia
	1.6					Instalar geradores de energia elétrica nos campi do IFS para operação durante o horário de ponta	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros	Custo elevado de aquisição e instalação dos geradores
	1.7					Ampliar o uso de fontes renováveis por meio da instalação e expansão de usinas solares fotovoltaicas nos campi do IFS	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros	Alto custo inicial e limitação orçamentária
	1.8					Substituir progressivamente as lâmpadas convencionais por modelos LED	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Custos logísticos e operacionais de substituição em larga escala
	1.9					Priorizar a aquisição de equipamentos elétricos e eletrônicos com maior eficiência energética, conforme critérios de sustentabilidade e economia no consumo	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros	Aquisição de equipamentos com menor consumo, mas baixa durabilidade ou desempenho. Dificuldade em atualizar todos os setores simultaneamente.
	1.10					Automatizar o sistema de iluminação nos campi do IFS por meio da instalação de sensores de presença e temporizadores	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Alto custo inicial e limitação orçamentária
	1.11					Estabelecer rotinas de manutenção preventiva e preditiva de equipamentos eletroeletrônicos, com foco na prevenção de falhas, na eficiência energética e na redução do consumo elétrico decorrente de desgastes operacionais.	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Falta de equipe técnica capacitada ou disponível para execução rotineira.
	1.12					Realizar estudo de viabilidade de utilização para automação do sistema de ares-condicionados	PROAD/DAD M/GADM	Até 12/2027	Humanos	Estudo inconclusivo ou mal executado, gerando decisões ineficazes.

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Aprimorar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais energéticos, contribuindo para a redução do impacto ambiental das atividades institucionais	1.13	Utilizar os materiais de consumo de maneira sustentável	Índice de Consumo Sustentável de Materiais ICSM (Número de ações sustentáveis implementadas / Total de ações previstas*100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Implantar painel de monitoramento do consumo de papel, impressões e copos descartáveis	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	Subnotificação ou inconsistência nos dados coletados
	1.14					Promover a substituição de copos descartáveis por copos ou garrafas reutilizáveis	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Financeiros	Resistência dos colaboradores à mudança de hábitos
	1.15					Realizar estudo de viabilidade de substituição de papel branco por papel reciclado	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	resistência por parte dos usuários devido à aparência visual
	1.16					Programar como padrão a função frente e verso em todas as impressoras compatíveis instaladas	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	Resistência de usuários Problemas técnicos após a configuração
	1.17					Adotar o uso de purificadores de água nos campi em substituição progressiva aos garrafões, visando à redução de resíduos plásticos e à economia de recursos.	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Alto custo inicial de instalação
	1.18					Adotar critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais de consumo, priorizando itens recicláveis, reutilizáveis, duráveis ou certificados ambientalmente	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Financeiros	Aumento nos custos de aquisição. Dificuldade em encontrar fornecedores que atendam aos critérios exigidos
	1.19					Adotar integralmente a aquisição de materiais de consumo por meio do Almoxarifado Virtual	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Atrasos na entrega de materiais.
	1.20					Manter contrato de outsourcing de impressão ativo e ajustado às necessidades institucionais, com foco na economicidade, controle de uso e modernização do parque de impressão	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Redução do controle direto sobre o uso e manutenção dos equipamentos.
	1.21					Promover a campanha 'Devolva-me' para resgatar e centralizar no almoxarifado geral do IFS itens ociosos ou subutilizados nos setores, visando à racionalização do uso de materiais e à economia de recursos	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	Falta de adesão dos campi Dificuldade de identificação e localização dos itens
	1.22					Incentivar o reaproveitamento de materiais descartados do almoxarifado em projetos institucionais	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	Desinteresse ou dificuldade em identificar projetos que os utilizem.
	1.23					Elaborar estudo para identificação de bens inservíveis, visando seu desfazimento com destinação ambientalmente adequada e em conformidade com a legislação vigente	PROAD/DADM /GADM	Até 12/2027	Humanos	Falta de equipe capacitada ou estrutura para o levantamento e análise.
	1.24					Incorporar critérios de sustentabilidade nos editais de fomento da Propex, de modo a estimular a aquisição de itens sustentáveis com recursos dos projetos.	PROPEX	Até 12/2027	Humanos	Baixo impacto real se os critérios forem genéricos ou de difícil mensuração

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Implantar uma gestão eficiente e sustentável dos resíduos, abrangendo redução, reutilização, reciclagem e descarte adequado	1.25	Implementar uma gestão sustentável dos resíduos sólidos gerados no IFS	Percentual de ações de gestão de resíduos implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Mapear os resíduos sólidos gerados nos campi do IFS, com o objetivo de subsidiar a formulação de ações institucionais de gestão de resíduos	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Dados incompletos ou inconsistentes devido à falta de registro ou cooperação dos setores
	1.26					Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para todos os campi	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Atrasos na aprovação e implementação do plano
	1.27					Estabelecer parcerias com cooperativas de reciclagem, visando à destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos gerados nos campi	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Dificuldade em encontrar cooperativas capacitadas ou com capacidade operacional suficiente para atender à demanda.
	1.28					Elaborar estudo de viabilidade para implantação de coleta seletiva	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Financeiros e humanos	Custos elevados de aquisição e instalação dos equipamentos. Baixa adesão da comunidade acadêmica e servidores.
	1.29					Ofertar capacitação para os funcionários terceirizados das áreas de limpeza para a separação correta de resíduos	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Alta rotatividade de funcionários ou falta de continuidade no treinamento, prejudicando a consolidação das práticas.



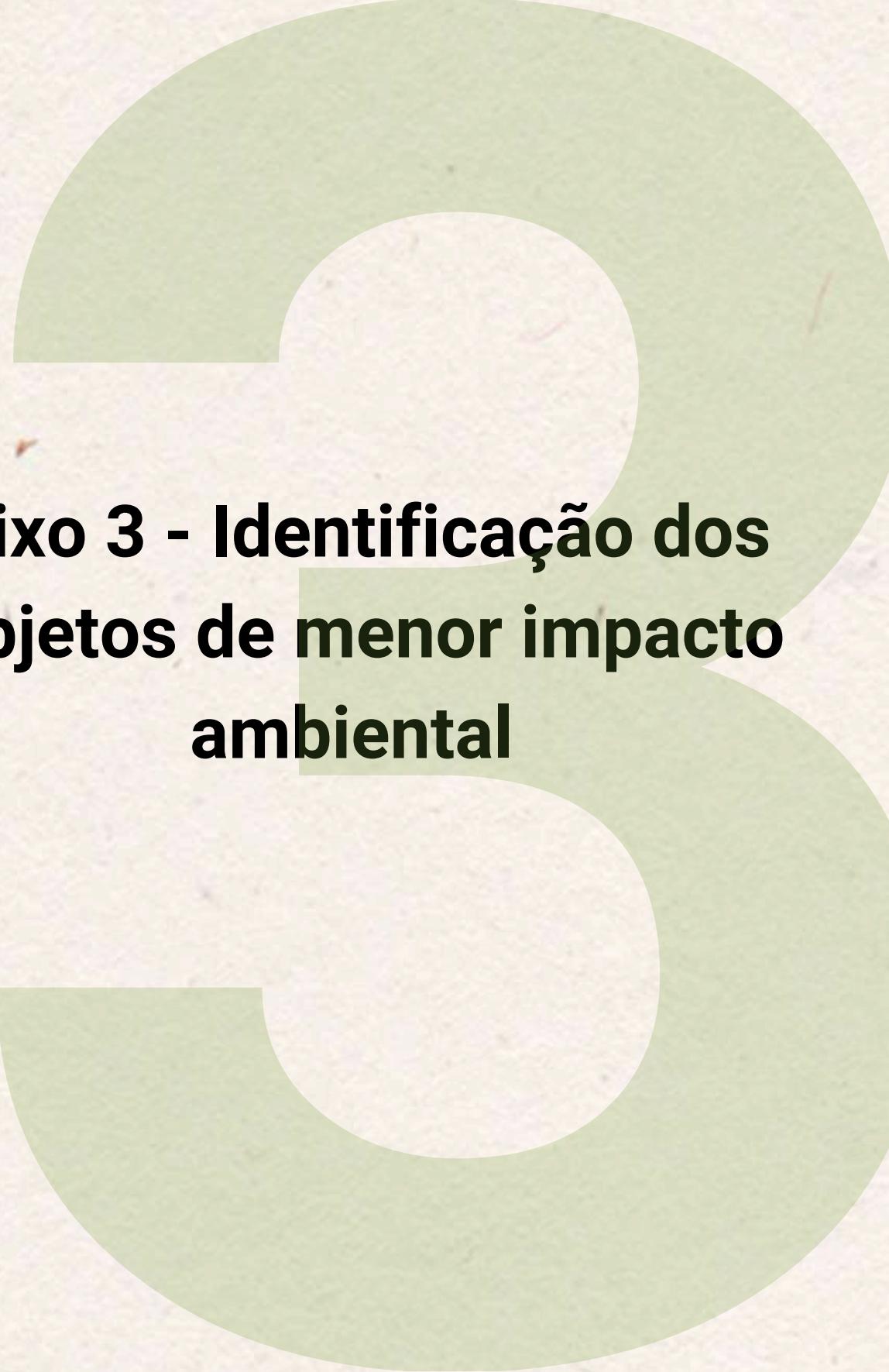
Eixo 2 - Racionalização da ocupação dos espaços físicos

Este eixo propõe o uso mais eficiente e sustentável dos imóveis públicos, com foco na economia de recursos, na otimização dos espaços disponíveis e na adaptação às novas modalidades de trabalho, como o teletrabalho e o regime híbrido. Além disso, destaca-se a importância de garantir a acessibilidade plena, assegurando que os ambientes sejam inclusivos para todas as pessoas. O eixo também contempla a realização de construções, reformas e manutenções das edificações com base em critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo práticas que reduzam impactos negativos ao meio ambiente e contribuam para a melhoria da qualidade dos espaços institucionais.

Objetivos do eixo:

- Garantir a ocupação racional e a acessibilidade dos espaços institucionais.
- Promover construções, reformas e manutenção de edificações com base em critérios de sustentabilidade ambiental.

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Implementar uma gestão eficiente e sustentável da infraestrutura do IFS, garantindo a ocupação racional dos espaços físicos, a reforma e construção de edificações sustentáveis, a acessibilidade e a incorporação de práticas sustentáveis em todas as etapas de manutenção e conservação	2.1	Garantir a ocupação racional e a acessibilidade dos espaços institucionais	Percentual de ações implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Elaborar diagnóstico da ocupação dos espaços físicos nas unidades do IFS	DIPOP/ PRODIN	Até 12/2027	Humanos	Sobrecarga de demandas sobre os profissionais da área de infraestrutura, comprometendo a disponibilidade para a realização do diagnóstico
	2.2					Elaborar regulamento institucional para o uso e ocupação dos espaços físicos, internos e externos visando garantir a organização eficiente da ocupação das áreas institucionais.	DIPOP/ PRODIN	Até 12/2027	Humanos	Resistência da comunidade acadêmica e administrativa à adoção das novas regras de uso dos espaços
	2.3					Avaliar a acessibilidade em todos os ambientes institucionais	DIPOP/ PRODIN	Até 12/2027	Humanos e financeiro	Sobrecarga de demandas sobre os profissionais da área de infraestrutura
	2.4					Aprimorar as diretrizes técnicas para elaboração de projetos obras e reformas, incorporando critérios de sustentabilidade ambiental	DIPOP/PRODIN	Até 12/2027	Humanos	Elevação dos custos iniciais dos projetos sustentáveis
	2.5					Aperfeiçoar o plano institucional de manutenção preventiva predial, incorporando critérios de sustentabilidade para identificar e promover melhorias estruturais, tecnológicas e operacionais que reduzam impactos ambientais e aumentem a eficiência dos edifícios	PROAD/DADM/GADM	Até 12/2027	Humanos	Dificuldade de priorização frente emergenciais de manutenção corretiva.
	2.6					Implantar bicicletários nas unidades do IFS como incentivo à mobilidade sustentável	DIPOP/PRODIN	Até 12/2027	Financeiros	Falta de infraestrutura de apoio complementar
	2.7					Capacitar equipes técnicas e gestores sobre construção e manutenção sustentáveis	DIPOP/PRODIN	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Dificuldade de aplicar o conhecimento adquirido na prática por limitações operacionais.



Eixo 3 - Identificação dos objetos de menor impacto ambiental

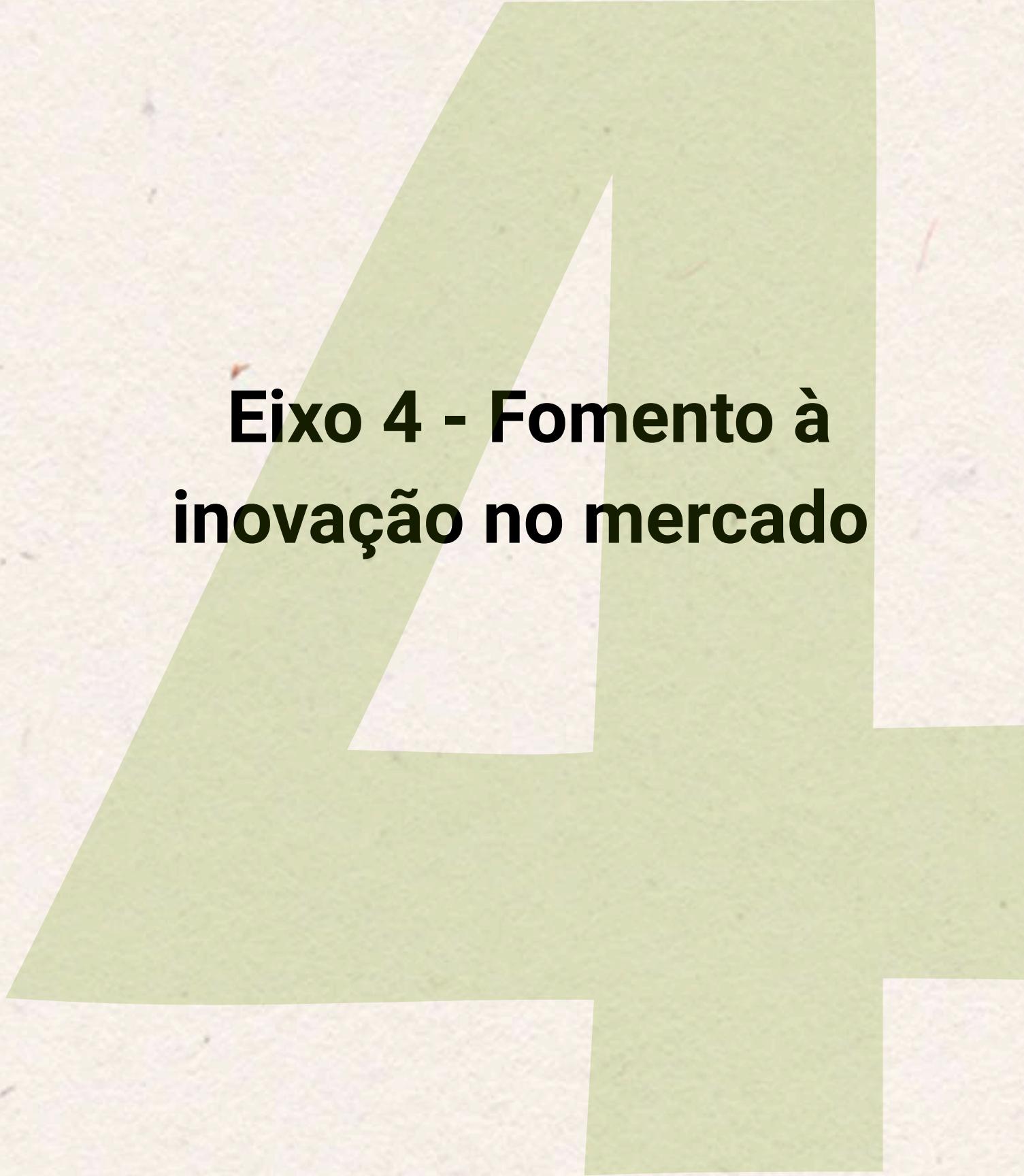
Conforme a Resolução Conama nº 1/1986, impacto ambiental é definido como toda alteração significativa no meio ambiente decorrente de atividades humanas que afetem direta ou indiretamente a saúde, o bem-estar da população, a biota, as condições estéticas e sanitárias ou a qualidade dos recursos ambientais

No contexto das contratações públicas sustentáveis, a identificação de objetos de menor impacto ambiental implica priorizar produtos e serviços que minimizem danos ao meio ambiente ao longo de seu ciclo de vida --- da produção ao descarte. Tais escolhas devem balizar os planos anuais de contratações e os estudos técnicos preliminares. Busca-se, com isso, consolidar práticas de consumo responsável e induzir transformações positivas na cadeia de fornecimento, contribuindo para uma cultura institucional orientada à responsabilidade socioambiental e à eficiência na utilização dos recursos públicos.

Objetivo do eixo:

- Aprimorar a gestão das compras no IFS mediante o desenvolvimento de metodologias e ferramentas que promovam a sustentabilidade .

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Aperfeiçoar as práticas de compras sustentáveis na aquisição de materiais e contratação de serviços, alinhadas às políticas nacionais, incentivando a inovação e impulsionando o desenvolvimento sustentável	3.1	Aprimorar a gestão das compras no IFS por meio do desenvolvimento de metodologias e ferramentas que promovam a sustentabilidade	Percentual de ações implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Mapear os principais produtos e serviços adquiridos pelo IFS, identificando aqueles com maior impacto ambiental, com o objetivo de orientar ações de compra sustentável	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Ausência de critérios técnicos para aferir o impacto ambiental dos itens adquiridos.
	3.2					Desenvolver um catálogo de bens sustentáveis no IFS, com o objetivo de subsidiar decisões de compra, padronizar demandas e fomentar uma cultura institucional de consumo sustentável	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Dificuldade de atualização contínua do catálogo frente à dinâmica do mercado
	3.3					Inserir cláusulas sobre logística reversa nos Termos de Referência para materiais aplicáveis	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Ausência de fornecedores aptos a cumprir as exigências de logística reversa



Eixo 4 - Fomento à inovação no mercado

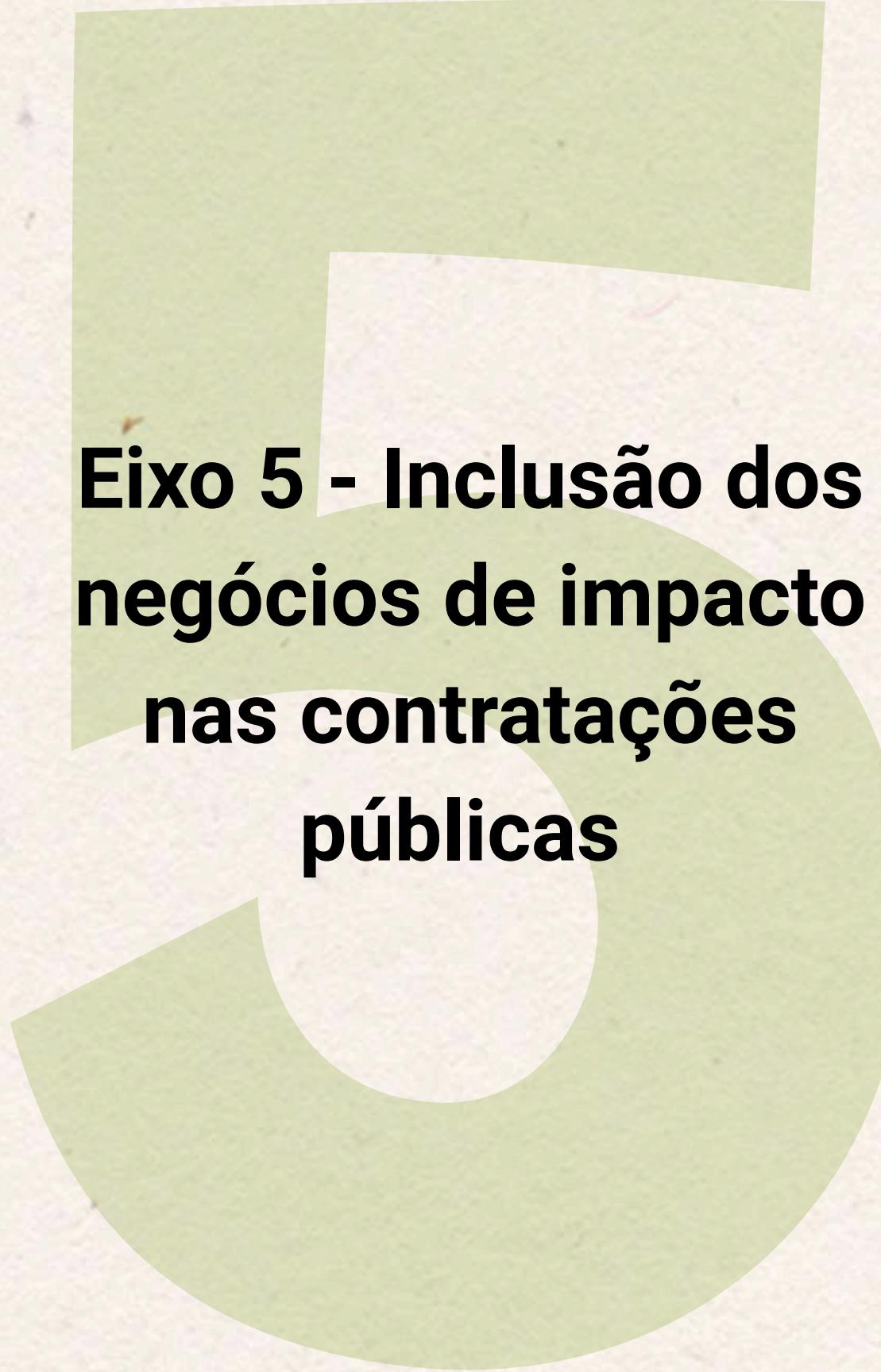
Este eixo visa impulsionar a inovação tanto nas contratações públicas quanto na gestão interna dos órgãos. A inovação, nesse contexto, não se restringe à introdução de novas tecnologias, produtos ou serviços, mas associa-se à criação de valor e à melhoria do desempenho institucional, seja pela transformação de processos, reinvenção de modelos operacionais ou incorporação de soluções mais eficientes.

No processo de compras públicas sustentáveis, a aproximação entre a administração pública e o mercado é essencial para reduzir a assimetria de informações e fomentar soluções inovadoras alinhadas às necessidades institucionais. O diálogo prévio com fornecedores, especialmente na fase de levantamento de mercado e elaboração dos estudos técnicos preliminares, permite alinhar expectativas, compartilhar conhecimento técnico e ampliar o horizonte de alternativas sustentáveis e inovadoras.

Objetivo do eixo:

- Fomentar a inovação e a sustentabilidade nas compras institucionais por meio da articulação com o setor produtivo e do incentivo à pesquisa.

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Aperfeiçoar as práticas de compras sustentáveis na aquisição de materiais e contratação de serviços, alinhadas às políticas nacionais, incentivando a inovação e o impulsionando desenvolvimento sustentável	4.1	Fomentar inovação e a sustentabilidade nas compras institucionais por meio da articulação com o setor produtivo e do incentivo à pesquisa.	Percentual de ações implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)			Promover interação com o mercado para identificar as múltiplas possibilidades de soluções, especialmente em contratações de maior complexidade, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Prazo curto para elaboração do ETP, limitando a profundidade da análise de mercado
	4.2				Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	PROAD	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Carência de recursos humanos ou financeiros para o desenvolvimento ou continuidade dos projetos



Eixo 5 - Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas

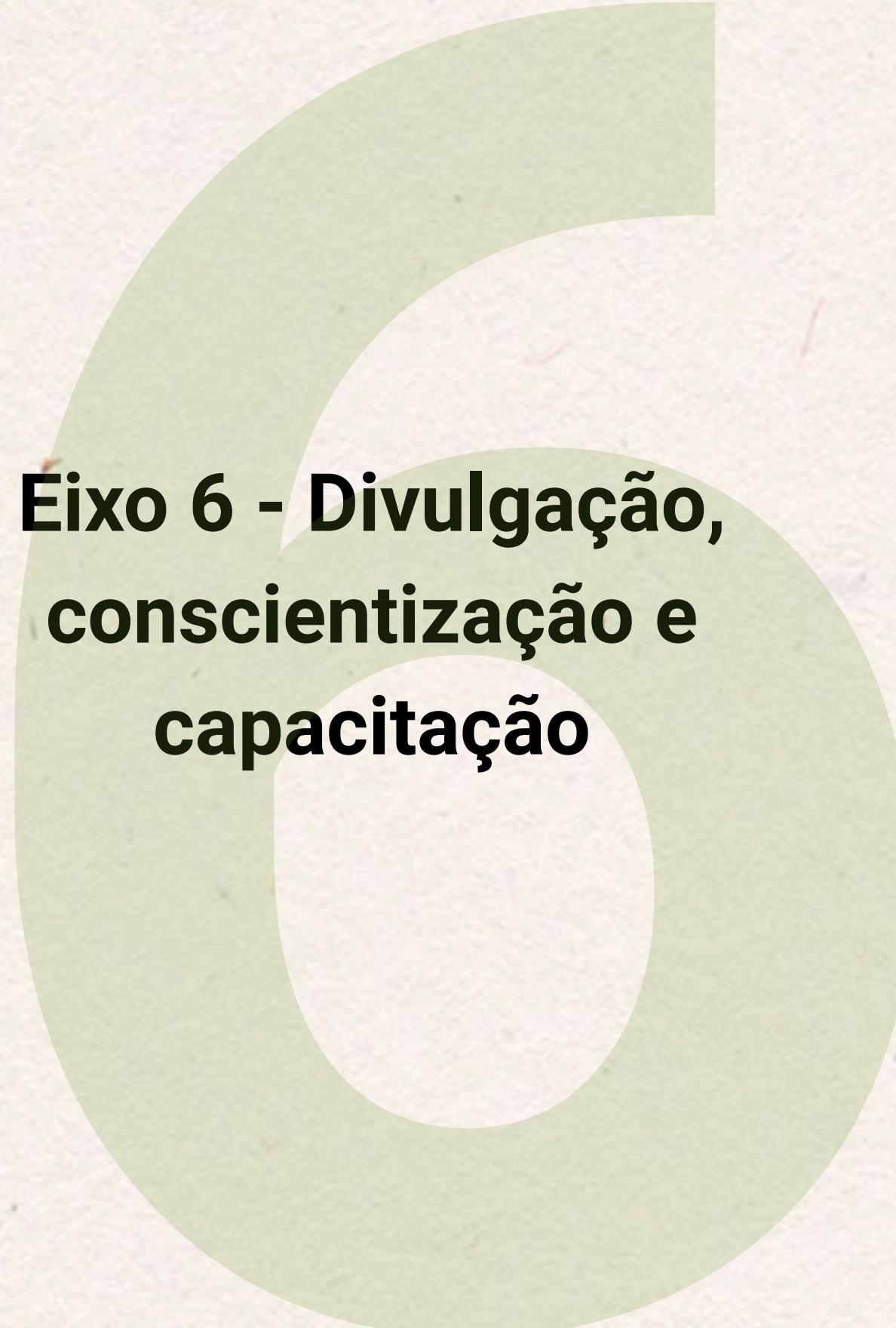
Este eixo visa fomentar a participação, nas contratações públicas, de empreendimentos que integram intencionalmente a geração de impacto socioambiental positivo em seu modelo de negócio, sem renunciar à sustentabilidade financeira. Negócios de impacto caracterizam-se por oferecer soluções para desafios sociais e ambientais relevantes, conciliando propósito transformador com viabilidade econômica. Atuam com foco na regeneração de recursos naturais, na redução de desigualdades e na promoção da inclusão de grupos e territórios historicamente vulnerabilizados.

Nesse sentido, este eixo propõe a construção de um ambiente institucional favorável ao reconhecimento, valorização e contratação de iniciativas empreendedoras que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Busca-se, ainda, alinhar as práticas de compras públicas ao compromisso com o desenvolvimento local, à justiça social e à proteção ambiental.

Objetivo do eixo:

- Ampliar a participação de negócios de impacto socioambiental nas contratações do IFS, promovendo o fortalecimento de iniciativas comprometidas com a transformação social e a sustentabilidade.

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
	5.1					Implantar o monitoramento da participação de negócios de impactos nas contratações do IFS	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Acúmulo de funções ou escassez de pessoal pode dificultar a dedicação necessária para a implantação eficaz do monitoramento
Aperfeiçoar as práticas de compras sustentáveis na aquisição de materiais e contratação de serviços, alinhadas às políticas nacionais, incentivando inovação e desenvolvimento sustentável	5.2	Ampliar a participação de negócios de impacto socioambiental nas contratações realizadas pelo IFS, promovendo o fortalecimento de iniciativas comprometidas com a transformação social e a sustentabilidade.	Percentual de ações implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Conduzir estudo para identificar estratégias que ampliem a participação de pequenos negócios, agricultores familiares e da economia criativa nos processos de compras institucionais	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Limitações de equipe técnica qualificada
	5.3					Promover encontros com fornecedores locais para orientá-los sobre os procedimentos e requisitos para participação nas licitações	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Baixa adesão dos fornecedores por desconhecimento, desinteresse ou indisponibilidade
	5.4					Implantar o Contrata+Brasil, com o objetivo de ampliar a participação de Microempreendedores Individuais (MEIs) nas contratações do IFS	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Baixo conhecimento dos MEIs sobre o processo licitatório, dificultando a adesão efetiva à plataforma
	5.5					Implantar a política de cotas para mulheres em situação de violência doméstica nas contratações do IFS	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Ausência de cadastro de mulheres em situação de violência doméstica em Sergipe



Eixo 6 - Divulgação, conscientização e capacitação

Este eixo tem como foco o fortalecimento da cultura organizacional orientada pela sustentabilidade, por meio de ações contínuas de comunicação, sensibilização e capacitação para a incorporação de práticas sustentáveis aos processos do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Reconhece-se, nesse contexto, que a consolidação de uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade depende, em grande medida, da valorização das pessoas e da construção coletiva de valores, atitudes e comportamentos alinhados aos princípios da responsabilidade socioambiental. Para isso, torna-se essencial despertar o senso de corresponsabilidade dos servidores em relação aos impactos das práticas institucionais sobre o meio ambiente e a sociedade.

Objetivos do eixo:

- Ampliar a qualificação dos servidores e colaboradores terceirizados do IFS por meio de ações formativas voltadas à sustentabilidade, visando à aplicação de práticas sustentáveis nos processos institucionais.
- Estabelecer uma estratégia institucional integrada de sensibilização e transparência, visando ampliar o engajamento da comunidade do IFS e dar visibilidade às ações de sustentabilidade desenvolvidas pela instituição.

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Promover a sensibilização e a capacitação dos servidores e colaboradores terceirizados do IFS em relação às questões de sustentabilidade, visando à disseminação por meio do diálogo a adoção de práticas sustentáveis	6.1	Ampliar a qualificação dos servidores e colaboradores terceirizados do IFS por meio de ações formativas voltadas à sustentabilidade, visando fortalecer a aplicação de práticas sustentáveis nos processos institucionais.	Percentual de ações de capacitação implementadas (Número total de ações implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Sensibilizar gestores sobre a importância das compras públicas sustentáveis como instrumento de promoção da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Baixo engajamento dos gestores
	6.2					Oferecer capacitações aos servidores envolvidos nos processos de compras e contratações, com foco na aplicação de critérios de sustentabilidade nas contratações	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Baixa participação ou engajamento dos servidores
	6.3					Desenvolver capacitações voltadas às práticas de gestão de resíduos, com foco na correta segregação, destinação ambientalmente adequada e cumprimento da legislação vigente	PROAD	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Insuficiência de recursos para realização das capacitações
	6.4					Disponibilizar oficinas para o ensino de técnicas de reaproveitamento de materiais	PROAD	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Dificuldade para encontrar profissionais com experiência técnica e didática para ministrar as oficinas
	6.5					Promover a divulgação dos cursos à distância ofertados pela ENAP sobre sustentabilidade, incentivando a participação dos servidores	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Desinteresse ou falta de motivação dos servidores em realizar os cursos

Diretriz	ID	Objetivo	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários	Riscos envolvidos
Promover sensibilização e a capacitação dos servidores e colaboradores terceirizados do IFS em relação a questões de sustentabilidade, visando disseminação por meio do diálogo a adoção de práticas sustentáveis	6.6	Estabelecer uma estratégia institucional integrada de sensibilização e transparência, visando ampliar o engajamento da comunidade IFS e visibilidade das ações de sustentabilidade desenvolvidas pela instituição.	Percentual de ações e divulgação implementadas / Número total de ações previstas *100)	Implantar 50% das ações planejadas	Implantar 100% das ações planejadas	Elaborar e implantar um cronograma anual de campanhas de sensibilização voltadas ao consumo consciente, à coleta e destinação adequada de resíduos, bem como à promoção da responsabilidade socioambiental no ambiente institucional	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Falta de pessoal capacitado ou disponível para execução das campanhas Baixa adesão ou engajamento da comunidade acadêmica.
	6.7					Produzir e disponibilizar cartilha digital sobre práticas sustentáveis no âmbito do IFS	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Baixa visibilidade ou alcance da cartilha entre os públicos estratégicos
	6.8					Disponibilizar painel virtual no site institucional do IFS para acompanhamento dos indicadores de consumo de água, energia, papel, copos descartáveis e impressão, promovendo transparência, controle social e incentivo à gestão sustentável	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Inconsistência ou ausência de dados atualizados
	6.9					Lançar o Prêmio IFS de Sustentabilidade, com premiação anual ao campus que mais se destacar na adoção de práticas sustentáveis	PROAD	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Falta de critérios objetivos e transparentes para avaliação dos campi Baixa participação ou interesse dos campi no processo seletivo
	6.10					Institucionalizar eventos periódicos voltados à sustentabilidade, como a Semana da Sustentabilidade com o objetivo de promover o debate para fortalecer a cultura sustentável do IFS.	PROAD	Até 12/2027	Humanos e financeiros	Sobreposição com outros eventos institucionais, dificultando adesão Dificuldades logísticas e orçamentárias para organização dos eventos
	6.11					Desenvolver e manter espaço virtual institucional para reunir, divulgar e atualizar as informações, ações e indicadores relacionados à sustentabilidade no âmbito da instituição	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Falta de atualização regular das informações, tornando o espaço obsoleto Dificuldade de articulação entre setores para o envio de conteúdo
	6.12					Divulgar anualmente as contratações sustentáveis realizadas pelo IFS	DLC/PROAD	Até 12/2027	Humanos	Inconsistência ou ausência de registros consolidados
	6.13					Divulgar anualmente relatório de acompanhamento das ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), assegurando a transparência, o controle social e a avaliação contínua dos resultados alcançados.	PROAD	Até 12/2027	Humanos	Atrasos na consolidação de dados e informações dos setores/campi.



Implementação, monitoramento e avaliação

O PLS/IFS terá vigência de dois anos, compreendendo o período de 2026 a 2027. A definição desse prazo levou em consideração o grau atual de maturidade da instituição em relação à gestão sustentável e ao planejamento logístico. Trata-se do primeiro Plano Diretor de Logística Sustentável elaborado no âmbito do Instituto, o que evidencia a necessidade de um período inicial mais curto, voltado à estruturação de práticas, ao levantamento de dados consistentes e à consolidação de metodologias de acompanhamento.

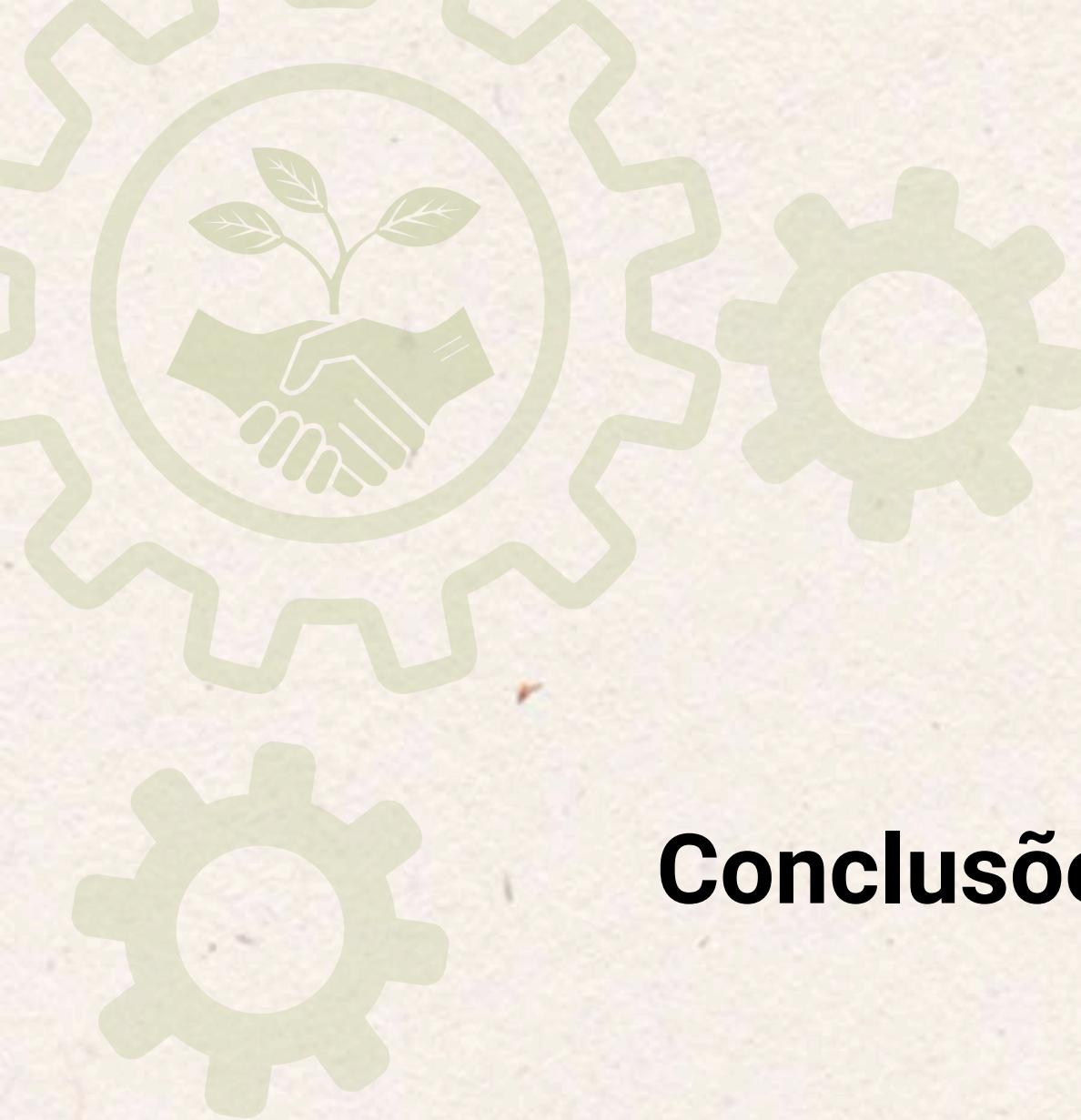
A duração bienal está em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 10/2021, que orienta os órgãos da administração pública federal a elaborarem e atualizarem periodicamente seus PLS, respeitando as particularidades de cada instituição. Dada a ausência de séries históricas e indicadores consolidados, optou-se por um ciclo mais curto, o que permitirá maior flexibilidade na avaliação dos resultados, possibilitando ajustes e aprimoramentos nos ciclos subsequentes.

Sua implementação será conduzida pelas unidades responsáveis, conforme designado no plano de ação. Compete à Pró-Reitoria de Administração acompanhar a implementação das ações previstas, monitorar os indicadores estabelecidos e encaminhar, anualmente, um relatório de acompanhamento ao Comitê de Sustentabilidade Institucional.

Esse comitê, por sua vez, será responsável pela análise dos resultados obtidos, podendo, sempre que necessário, propor revisões e ajustes no plano, com vistas ao aprimoramento contínuo das práticas sustentáveis na instituição.

As ações delineadas no PLS deverão ser integradas aos Planos Anuais de Trabalho (PAT) da reitoria e dos campi e, no caso das iniciativas voltadas à qualificação de pessoal, ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

Por fim, ao término da vigência do plano, será realizada uma avaliação geral pelo Comitê de Sustentabilidade Institucional, com o objetivo de subsidiar o diagnóstico e orientar a elaboração do PLS referente ao período subsequente.



Conclusões

O Plano de Logística Sustentável (PLS) consolida-se como um instrumento estratégico de planejamento institucional, reafirmando o compromisso da instituição com a promoção da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Mais do que atender às exigências normativas, o PLS representa uma iniciativa de fortalecimento da governança pública, voltada à eficiência administrativa, à racionalização do uso de recursos e à incorporação de práticas sustentáveis no cotidiano organizacional.

Ao articular diretrizes alinhadas à missão, aos valores organizacionais e aos objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2026–2031), o PLS contribui de maneira efetiva para a consolidação de uma cultura organizacional orientada pela responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, atua como vetor de transformação, impulsionando ações que favorecem o desenvolvimento local e regional, a redução dos impactos ambientais, a inclusão social e a inovação nas práticas de gestão.

Sua implementação requer o engajamento coletivo de todos os segmentos da comunidade acadêmica e administrativa, visto que a sustentabilidade, além dos marcos legais, se concretiza na ação consciente e cotidiana dos indivíduos que integram a instituição. O êxito do PLS, portanto, está diretamente relacionado à corresponsabilidade de servidores, discentes, gestores e colaboradores na construção de uma lógica institucional mais ética, eficiente e atenta às demandas do presente e às exigências do futuro. Assim, o IFS reafirma seu papel como agente público comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável, contribuindo, por meio da implementação do PLS, para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para o fortalecimento de políticas públicas que priorizem o bem comum e a preservação dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações.



Referências

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Caminhos para a sustentabilidade: ESG e políticas públicas. Brasília, 2023. 84 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102718>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Aprova a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024. Dispõe sobre as diretrizes para as aquisições e contratações públicas sustentáveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jan. 2024.

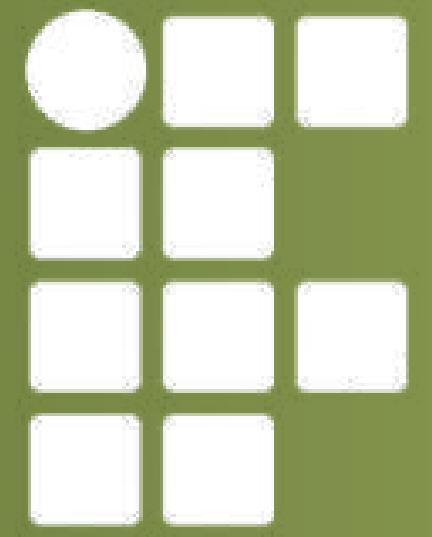
BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Plano Diretor de Logística Sustentável: 2024 / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação. Brasília: Diretoria de Normas e Sistemas/SEGES/MGI, 2024. 50 p. il. – (Caderno de logística)

BRASIL. Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021. Estabelece diretrizes da governança nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 jun. 2025.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sergipe

